



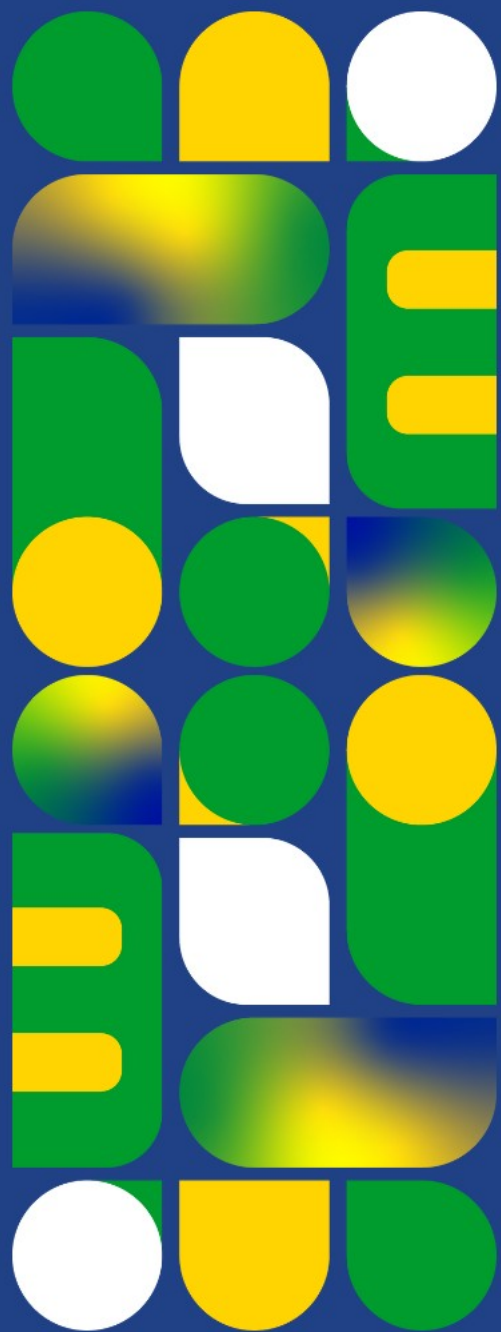
Boletim Econômico

Este boletim apresenta um resumo das principais receitas do Estado de Goiás, incluindo a Receita Corrente Líquida, a Receita Total, a Arrecadação Bruta, a Execução Orçamentária e o Resultado Orçamentário.

Atualizado no mês desta edição.

Edição de maio de 2026





A edição de maio de 2026 apresenta os principais destaques da arrecadação estadual, com foco no desempenho do ICMS por setores macroeconômicos, além dos resultados do IPVA, ITCD, PROTEGE, FUNDEINFRA e das Transferências Constitucionais.

No campo das despesas, o boletim detalha a execução orçamentária, contemplando as etapas de dotação, empenho, liquidação e pagamento, bem como a distribuição por grupos de despesa e modalidade de aplicação.

Em maio de 2026, o Estado de Goiás registrou uma Receita Total acumulada de R\$ 20,62 bilhões, resultado que representa um crescimento acumulado de 3,81% em relação ao mesmo período do ano anterior. No mesmo período, as despesas liquidadas somaram R\$ 19,73 bilhões, gerando um Resultado Orçamentário de R\$ 895,40 milhões.

A Receita Corrente Líquida acumulada em 12 meses atingiu R\$ 45,99 bilhões, representando um crescimento de 3,97%.

Renata Lacerda Noleto
Secretária de Estado da Economia

SUMÁRIO

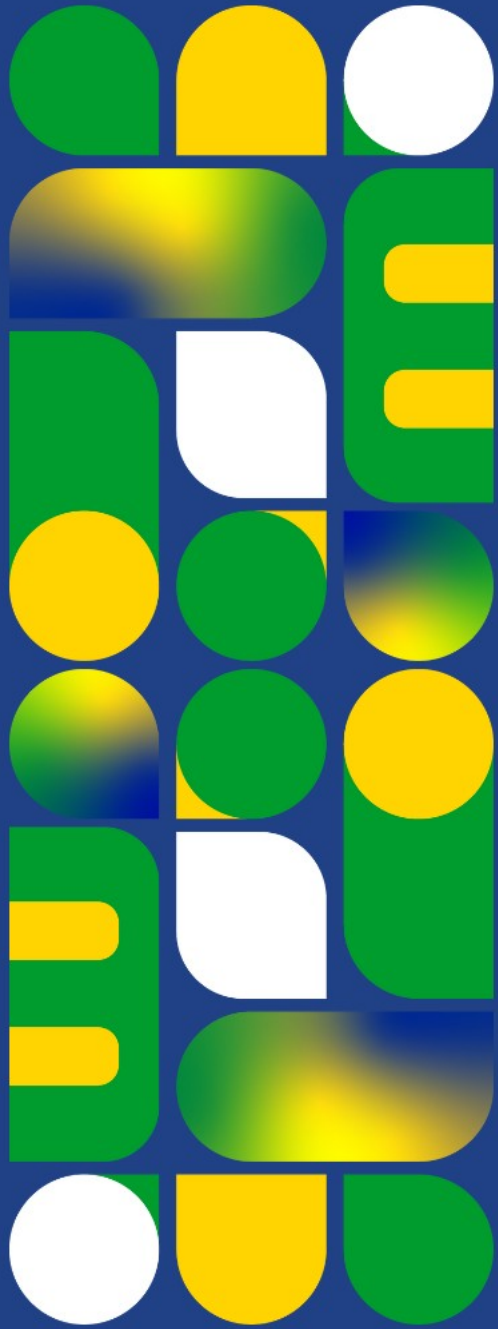
1. Receita Orçamentária	7
1.1 Receita Total (RT)	8
1.2 Transferências Correntes	10
2. Arrecadação Tributária	11
2.1 Arrecadação bruta do ICMS	12
2.2 Análise por Setor	13
2.3 Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4 Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5 Recuperação de Créditos	22
2.6 Arrecadação do PROTEGE	23
2.7 Arrecadação do FUNDEINFRA	24



SUMÁRIO

3. Execução Orçamentária	25
3.1 Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2 Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3 Despesa Liquidada	30
3.4 Mínimos Constitucionais	31
4. Principais Resultados	33
4.1 Resultado Orçamentário	34
4.2 Resultado Primário	35
4.3 Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4 Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5 Disponibilidade de Caixa	38





Desempenho da Receita Estadual em maio de 2026

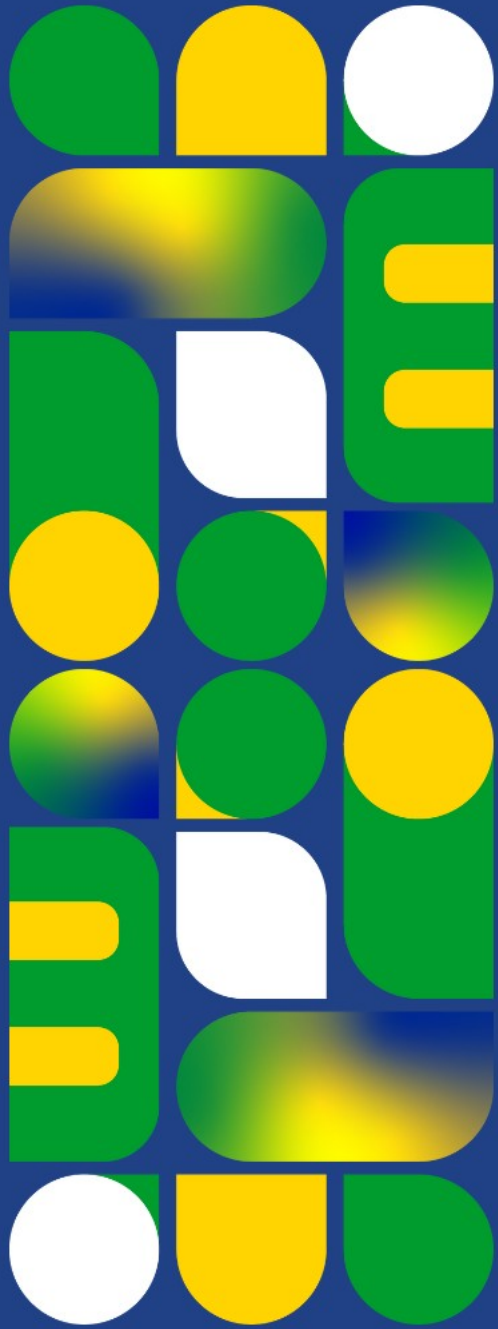
O Estado de Goiás registrou uma receita total de R\$ 20,62 bilhões de janeiro a maio de 2026, representando um crescimento de 3,81% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando as Receitas Orçamentárias Líquidas, após as transferências para os municípios e para o FUNDEB, o ICMS apresentou um aumento de R\$ 1,00 bilhão (14,29%) na comparação com o mesmo período de 2025. As receitas do IPVA registraram um crescimento acumulado de R\$ 19,70 milhões (4,25%), enquanto o ITCD apresentou uma queda de arrecadação de R\$ 42,8 milhões (-14,88%).

Elevação das transferências correntes

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de receita oriundas de transferências correntes do Governo Federal. No acumulado de janeiro a maio de 2026, o FPE registrou montante de R\$ 2,17 bilhões, enquanto o FUNDEB acumulou R\$ 2,13 bilhões. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de 11,59% e o FUNDEB aumento de 24,57%.

Arrecadação bruta em maio de 2026

A arrecadação bruta do ICMS de janeiro a maio de 2026 apresentou um crescimento de 11,75% em relação ao mesmo período de 2025, alcançando R\$ 13,35 bilhões, contra R\$ 11,95 bilhões do ano anterior. Esse resultado foi impulsionado pelos seguintes setores: Combustíveis, que apresentou aumento de 21,83%, devido à atualização das alíquotas do ICMS monofásico, à evolução dos volumes comercializados e a alteração no calendário de recolhimento implementada em 2025; No setor de Energia Elétrica, a arrecadação registrou incremento de 28,69%, influenciado por fatores como o reajuste tarifário e os efeitos do programa "Negocie Já II"; e Comunicação (21,97%), influenciada pela regularização de débitos e pelo fortalecimento das atividades de monitoramento fiscal.



Destaque na arrecadação bruta do IPVA, ITCD e FUNDEINFRA

No acumulado de janeiro a maio de 2026, a arrecadação bruta do IPVA foi de R\$ 1,21 bilhão (+1,94% em relação a 2025). O ITCD somou R\$ 318,31 milhões (-12,32%). Já o FUNDEINFRA arrecadou R\$ 120,55 milhões, queda de 72,73% frente ao mesmo período de 2025 (R\$ 442,03 milhões), em razão do encerramento da contribuição pela Lei nº 24.133/2026.

Investimentos em saúde e educação

Na aplicação de recursos vinculados, a área da saúde registrou R\$ 4,06 bilhões em despesas empenhadas. Já na educação, de janeiro a maio de 2026 foram empenhados, com Recursos de Impostos (exceto FUNDEB), R\$ 1,72 bilhão, enquanto as Despesas custeadas com recursos do FUNDEB somaram R\$ 2,12 bilhões. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou R\$ 3,84 bilhões.

Principais resultados fiscais

O Estado apresentou, no acumulado até maio, superávit orçamentário de R\$ 895,40 milhões e déficit primário de R\$ 269,07 milhões respectivamente no mês de maio. A Receita Corrente Líquida atingiu R\$ 45,99 bilhões em maio (acumulado dos últimos 12 meses), representando um crescimento de 3,97% em relação a 2025. Em relação ao indicador de Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, esse percentual ficou em 40,53%, abaixo do limite de alerta de 43,74%.

Por fim, a Disponibilidade de Caixa Bruta somou R\$ 12,44 bilhões. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), um montante de R\$ 2,99 bilhões, dos Restos a Pagar de R\$ 0,92 bilhões e de outras obrigações financeiras de R\$ 387,99 milhões, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou R\$ 8,15 bilhões.

1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1.1	Receita Total (RT)	8
1.2	Transferências Correntes	10

Esta seção apresenta uma visão geral da arrecadação estadual, com ênfase na Receita Total de maio de 2026, comparando-a ao mesmo período do ano anterior. Além disso, apresenta-se um panorama sintético das receitas orçamentárias, seguindo um formato semelhante ao do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Por fim, detalham-se as receitas oriundas das transferências correntes.



Receita Total (RT)

Acumulada e mensal

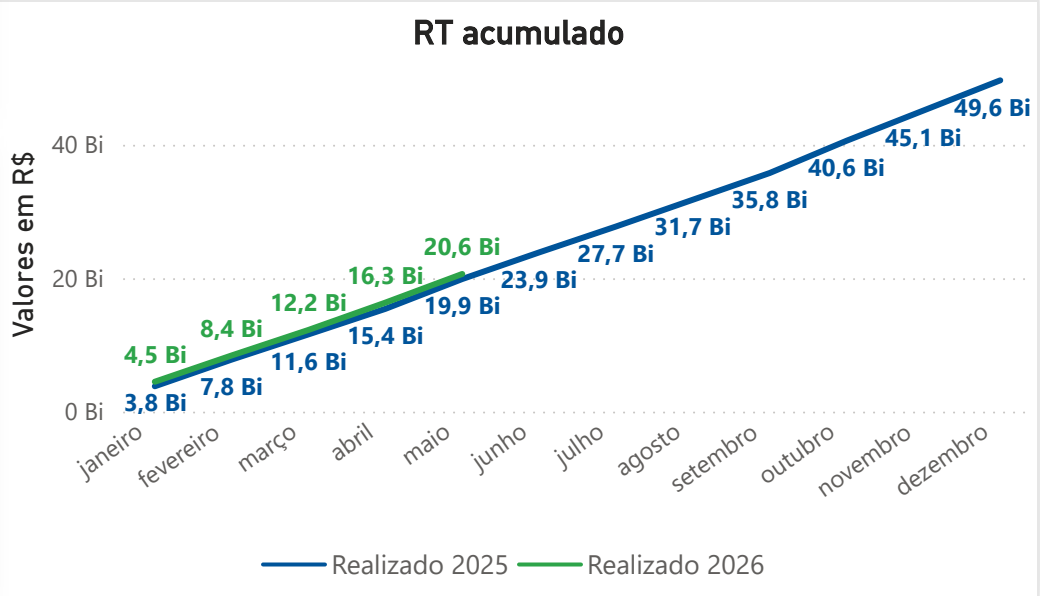
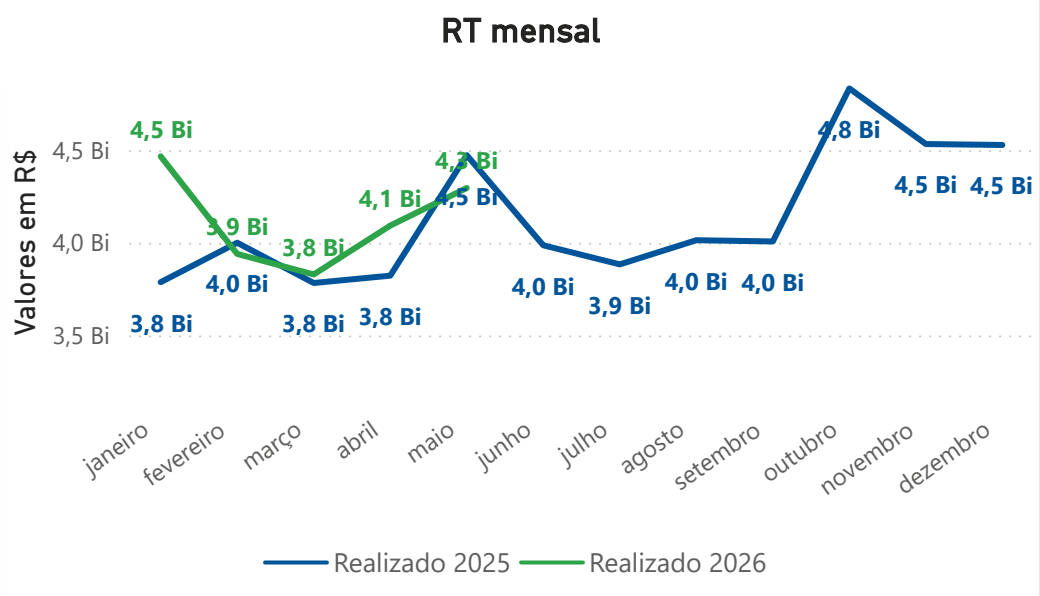
PUBLICADO EM: 02/07/2026

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 2025	Acumulado 2026	Diferença (%) Mensal		Diferença (%) Acumulado	
janeiro	3.787 Mi	4.466 Mi	3.787 Mi	4.466 Mi	▲	17,93%	▲	17,93%
fevereiro	4.000 Mi	3.940 Mi	7.788 Mi	8.406 Mi	▼	-1,51%	▲	7,94%
março	3.783 Mi	3.829 Mi	11.571 Mi	12.235 Mi	▲	1,21%	▲	5,74%
abril	3.822 Mi	4.093 Mi	15.393 Mi	16.328 Mi	▲	7,07%	▲	6,07%
maio	4.473 Mi	4.296 Mi	19.866 Mi	20.623 Mi	▼	-3,96%	▲	3,81%
junho	3.986 Mi		23.852 Mi					
julho	3.883 Mi		27.735 Mi					
agosto	4.014 Mi		31.749 Mi					
setembro	4.007 Mi		35.756 Mi					
outubro	4.833 Mi		40.589 Mi					
novembro	4.533 Mi		45.122 Mi					
dezembro	4.528 Mi		49.649 Mi					

No acumulado de maio de 2026, a Receita Total atingiu **R\$ 20,62 bilhões**, representando crescimento de **3,81%** em relação ao mesmo período do ano anterior. A Receita Total se divide em:

- Receitas Correntes, representando o montante de **R\$ 19,79 bilhões**;
- Receitas de Capital, representando o montante de **R\$ 68,97 milhões**.

Os detalhes estão na Tabela da página 9.



Receita Total (RT)

Resultado em maio de 2026

Natureza de receita	Acumulado 2026 (Realizado até Mai)	Acumulado 2025 (Realizado até Mai)	Diferença (2026 - 2025)	Diferença % (2026 - 2025)
1. RECEITAS CORRENTES	19.789,75 Mi	19.111,21 Mi	678,55 Mi	3,55%
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	11.473,21 Mi	10.283,54 Mi	1.189,66 Mi	11,57%
ICMS	8.020,70 Mi	7.017,57 Mi	1.003,14 Mi	14,29%
IPVA	483,08 Mi	463,38 Mi	19,70 Mi	4,25%
ITCD	244,79 Mi	287,59 Mi	-42,80 Mi	-14,88%
IRRF	1.315,19 Mi	1.246,20 Mi	69,00 Mi	5,54%
Outras receitas tributárias	1.409,43 Mi	1.268,81 Mi	140,63 Mi	11,08%
1.2. CONTRIBUIÇÕES	854,40 Mi	811,17 Mi	43,23 Mi	5,33%
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	978,39 Mi	1.247,63 Mi	-269,25 Mi	-21,58%
1.4. RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi	0,02 Mi	-0,02 Mi	-83,26%
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	81,68 Mi	71,02 Mi	10,66 Mi	15,01%
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.980,83 Mi	4.649,29 Mi	331,54 Mi	7,13%
Cota-Parte do FPE	2.168,55 Mi	1.943,32 Mi	225,23 Mi	11,59%
Cota-Parte do IPI - LC 61/1989	53,12 Mi	48,80 Mi	4,32 Mi	8,85%
Transferências do FUNDEB	2.130,90 Mi	1.710,59 Mi	420,31 Mi	24,57%
Outras Transferências Correntes	628,26 Mi	946,58 Mi	-318,32 Mi	-33,63%
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.421,24 Mi	2.048,52 Mi	-627,29 Mi	-30,62%
Contribuições ao PROTEGE	625,14 Mi	646,14 Mi	-20,99 Mi	-3,25%
FUNDEINFRA	120,49 Mi	449,98 Mi	-329,49 Mi	-73,22%
Demais Receitas Correntes	675,60 Mi	952,41 Mi	-276,80 Mi	-29,06%
2. RECEITAS DE CAPITAL	68,97 Mi	23,15 Mi	45,82 Mi	197,96%
2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi	
2.2. ALIENAÇÃO DE BENS	2,61 Mi	1,96 Mi	0,65 Mi	33,05%
2.3. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	4,45 Mi	4,39 Mi	0,07 Mi	1,49%
2.3. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	61,89 Mi	16,79 Mi	45,10 Mi	268,65%
2.4. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,02 Mi	0,01 Mi	0,01 Mi	66,67%
Demais receitas primárias	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi	
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA)	19.858,72 Mi	19.134,35 Mi	724,37 Mi	3,79%
Receitas Intraorçamentárias	764,46 Mi	731,27 Mi	33,19 Mi	4,54%
RECEITA TOTAL	20.623,18 Mi	19.865,62 Mi	757,56 Mi	3,81%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (S/ FONTES RPPS)	18.348,18 Mi	17.551,06 Mi	797,11 Mi	4,54%

Esta tabela traz uma fotografia mais detalhada das receitas estaduais contidas no Anexo 1 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) no mês de **maio** de 2026.

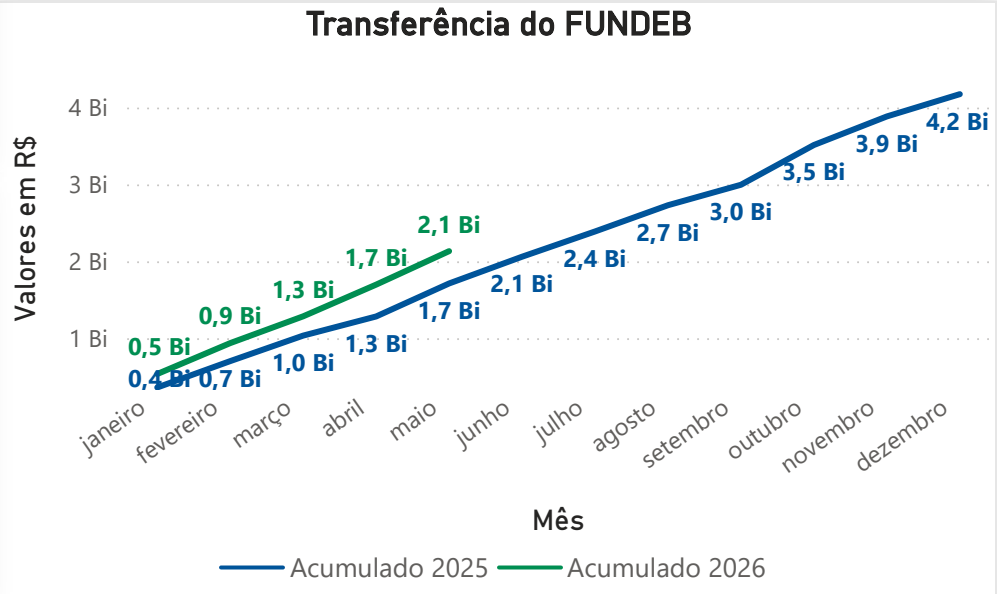
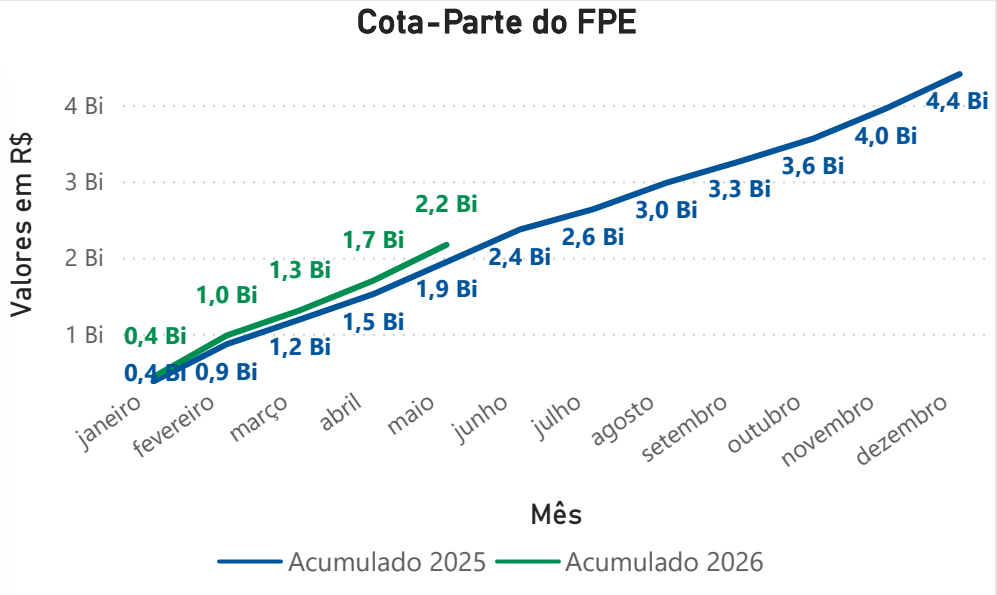
Transferências Correntes

Resultado em maio de 2026

Mês	Mensal 2025 (FPE)	Mensal 2026 (FPE)	Acumulado 2025 (FPE)	Acumulado 2026 (FPE)	Mensal 2025 (FUNDEB)	Mensal 2026 (FUNDEB)	Acumulado 2025 (FUNDEB)	Acumulado 2026 (FUNDEB)
janeiro	375,94 Mi	434,17 Mi	375,94 Mi	434,17 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi
fevereiro	488,38 Mi	544,74 Mi	864,31 Mi	978,91 Mi	342,77 Mi	401,69 Mi	700,83 Mi	934,92 Mi
março	324,87 Mi	330,43 Mi	1.189,18 Mi	1.309,35 Mi	331,72 Mi	348,38 Mi	1.032,55 Mi	1.283,30 Mi
abril	332,28 Mi	388,69 Mi	1.521,47 Mi	1.698,04 Mi	248,93 Mi	412,20 Mi	1.281,48 Mi	1.695,49 Mi
maio	421,85 Mi	470,51 Mi	1.943,32 Mi	2.168,55 Mi	429,11 Mi	435,41 Mi	1.710,59 Mi	2.130,90 Mi
junho	425,62 Mi		2.368,93 Mi		347,93 Mi		2.058,52 Mi	
julho	265,67 Mi		2.634,61 Mi		328,27 Mi		2.386,80 Mi	
agosto	346,70 Mi		2.981,31 Mi		341,32 Mi		2.728,12 Mi	
setembro	280,75 Mi		3.262,05 Mi		266,24 Mi		2.994,37 Mi	
outubro	298,36 Mi		3.560,42 Mi		517,11 Mi		3.511,48 Mi	
novembro	397,73 Mi		3.958,15 Mi		371,47 Mi		3.882,95 Mi	
dezembro	449,31 Mi		4.407,46 Mi		289,83 Mi		4.172,78 Mi	

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de transferência de recursos para os estados. No acumulado até o mês de maio de 2026, o FPE registrou montante de **R\$ 2,17** bilhões, enquanto o FUNDEB acumulou **R\$ 2,13** bilhões. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de **11,59%** e o FUNDEB aumento de **24,57%**.

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é diretamente influenciado pela arrecadação dos principais tributos federais que o compõem, notadamente o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Por sua vez, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é financiado a partir de parcelas de tributos estaduais, como o ICMS, IPVA e ITCD. Os recursos arrecadados são redistribuídos entre os entes subnacionais com base em critérios que buscam promover maior equidade na oferta da educação básica.



2. ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

2.1	Arrecadação bruta do ICMS	13
2.2	Análise por Setor	14
2.3	Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4	Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5	Recuperação de Créditos	22
2.6	Arrecadação do PROTEGE	23
2.7	Arrecadação do FUNDEINFRA	24

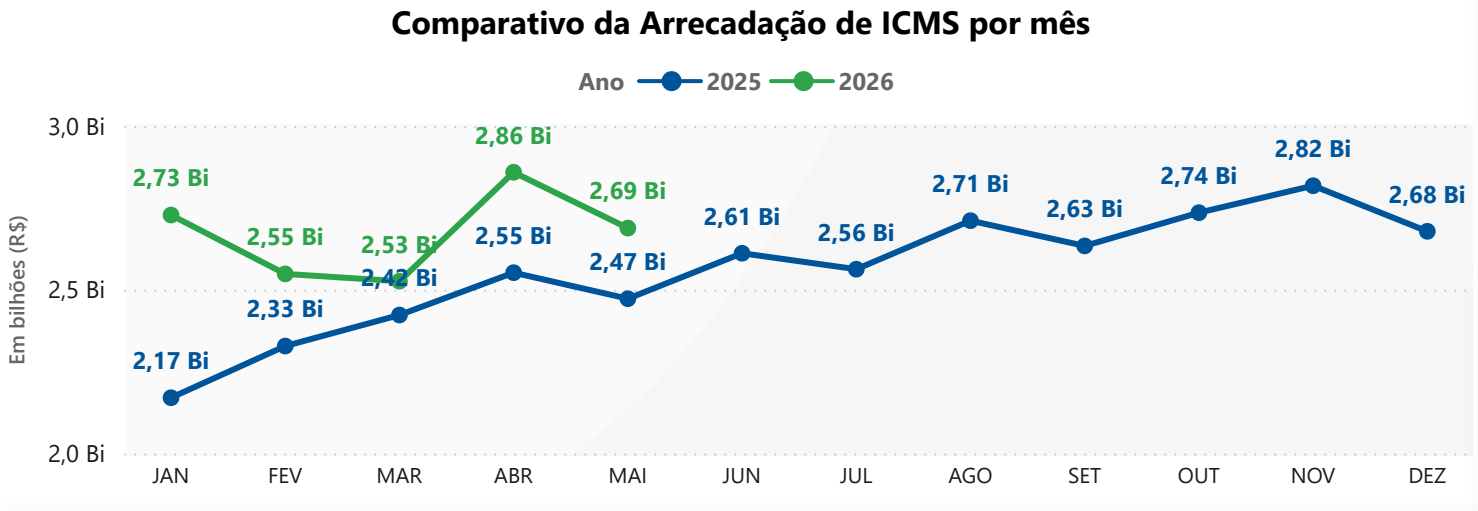
Esta seção apresenta a arrecadação bruta estadual, com destaque para os principais tributos: ICMS, segmentado pelos principais macrossetores, além de IPVA e ITCD. Ao final, apresentam-se informações sobre o programa de recuperação de crédito, a arrecadação destinada ao fundo PROTEGE e ao FUNDEINFRA. Os dados são fornecidos pela Superintendência de Informações Fiscais.



Arrecadação bruta do ICMS

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 02/07/2026



Arrecadação do ICMS por segmento econômico (2025 x 2026)				
Segmento Econômico	ICMS (Acum. 2025)	ICMS (Acum. 2026)	Variação Percentual	
COMBUSTÍVEL	3.016.665.767,39	3.675.091.547,50	▲	21,83%
COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR	2.368.831.030,67	2.545.123.435,47	▲	7,44%
COMÉRCIO VAREJISTA	2.018.126.891,77	2.091.401.855,31	▲	3,63%
COMUNICAÇÃO	236.097.215,32	287.964.410,43	▲	21,97%
ENERGIA ELÉTRICA	900.162.511,56	1.158.425.562,30	▲	28,69%
EXTRATOR MINERAL OU FÓSSIL	39.536.247,31	29.006.059,79	▼	-26,63%
INDÚSTRIA	2.278.577.713,19	2.421.098.233,97	▲	6,25%
OUTRAS	538.215.827,04	584.978.528,81	▲	8,69%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	337.251.811,78	376.683.617,45	▲	11,69%
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	212.333.467,58	179.652.724,33	▼	-15,39%
Total	11.945.798.483,61	13.349.425.975,36	11,75%	

Arrecadação de ICMS por mês			
Mês	Arrecadação ICMS (2025)	Arrecadação ICMS (2026)	Variação Percentual
JAN	2.170.205.091,01	2.728.071.023,84	▲ 25,71%
FEV	2.328.013.889,40	2.548.315.806,67	▲ 9,46%
MAR	2.422.794.072,51	2.526.061.561,33	▲ 4,26%
ABR	2.552.124.528,96	2.858.704.172,15	▲ 12,01%
MAI	2.472.660.901,73	2.688.273.411,37	▲ 8,72%
Total	11.945.798.483,61	13.349.425.975,36	11,75%

No mês de maio de 2026, a arrecadação bruta de ICMS totalizou **R\$ 2,69 bilhões**, registrando crescimento de **8,72%** em relação ao mesmo período do exercício anterior. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, a arrecadação alcançou **R\$ 13,35 bilhões**, representando expansão de **11,75%** frente ao mesmo intervalo de 2025.

O desempenho observado no período foi impulsionado, principalmente, pelos setores de **combustíveis, energia elétrica, comunicação, indústria, comércio atacadista e distribuidor e comércio varejista**. O segmento de combustíveis permaneceu como o principal vetor de crescimento da arrecadação **(+675 milhões)**, acumulando expansão de **21,83%** no ano.

O setor de energia elétrica apresentou crescimento de **13,99%** em maio de 2026 em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo principalmente o reajuste tarifário aplicado à principal distribuidora do estado e o aumento da percepção de risco tributário decorrente das ações de monitoramento e fiscalização.

Entre os setores de maior representatividade econômica, a indústria registrou crescimento de **9,67%** no mês de maio. O comércio atacadista e distribuidor apresentou expansão de **5,96%**, enquanto o comércio varejista registrou crescimento de **5,73%**, desempenho superior à inflação acumulada dos últimos doze meses e compatível com a manutenção da atividade de consumo, ainda que em ambiente marcado por condições de crédito mais restritivas.

Por outro lado, alguns segmentos seguem apresentando retração no acumulado do ano, com destaque para a **produção agropecuária (-15,39%)** e para o setor **extrativo mineral ou fóssil (-26,63%)**, refletindo fatores específicos que impactaram negativamente a arrecadação desses segmentos no período.

Análise do Setor

Combustível

ICMS Arrecadado pelo Setor: Maio

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Combustíveis (GCOM)

669.514.536,27

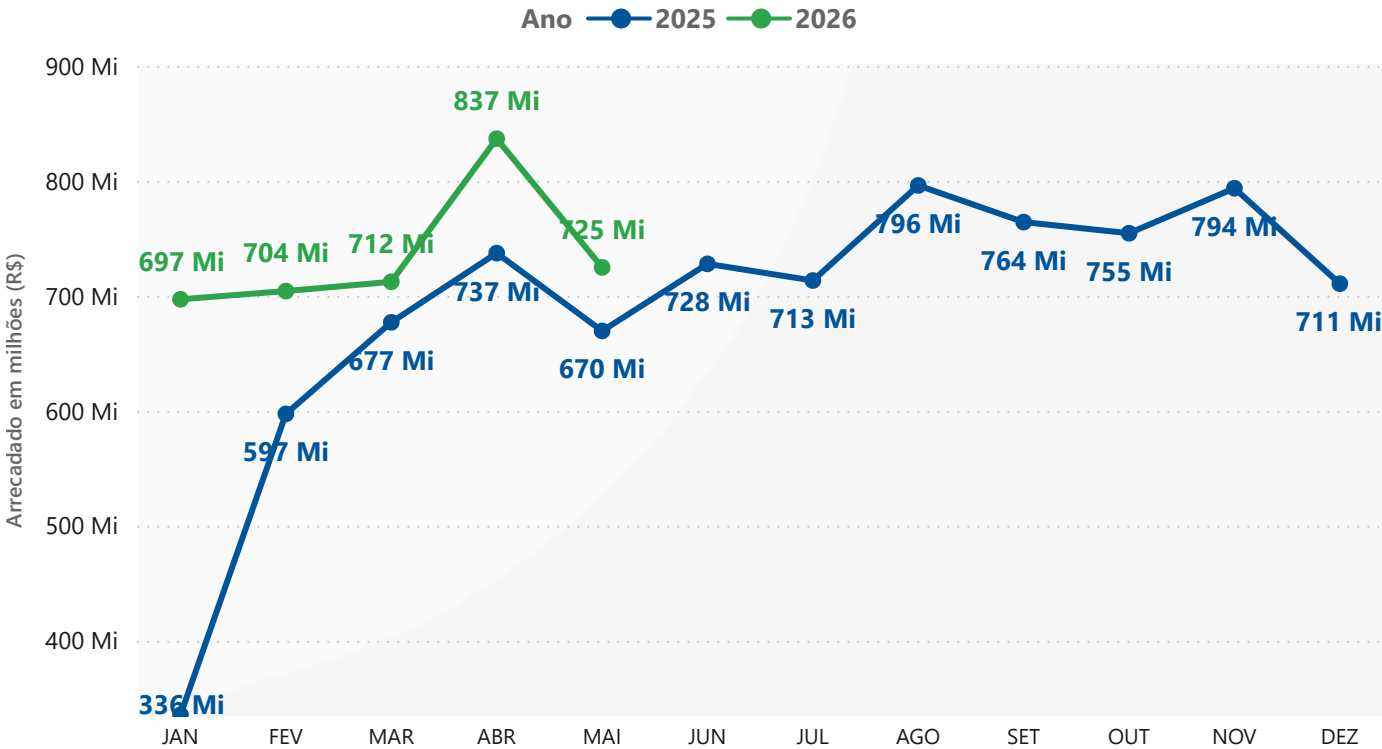
2025

724.815.775,26

2026

8,26%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



O crescimento de **21,83%** na arrecadação acumulada de 2026, em comparação com o mesmo período do ano anterior, decorre, em grande medida, da alteração no calendário de pagamentos dos contribuintes do setor, implementada no início de 2025. Com o novo cronograma, o recolhimento de parcela significativa do ICMS do segmento — anteriormente efetuado no mês da operação — passou a ocorrer no décimo dia do mês subsequente. Essa alteração reduziu a base de comparação de janeiro de 2025, primeiro mês de vigência da nova sistemática, contribuindo para o crescimento observado na arrecadação do exercício corrente.

Em relação ao resultado de maio, que apresentou crescimento de **8,26%** em comparação com o mesmo mês do ano anterior, destacam-se como principais fatores a atualização das alíquotas *ad rem* do ICMS monofásico e a evolução dos volumes comercializados.

As alíquotas do ICMS monofásico foram reajustadas a partir de 1º de janeiro de 2026, nos termos dos Convênios ICMS nº 112/25 e 113/25, com aumentos para a gasolina e o etanol anidro (**+6,8%**), para o óleo diesel e o biodiesel (**+4,5%**) e para o GLP (**+5,8%**). Essas alterações impactaram positivamente a arrecadação nos meses subsequentes, contribuindo de forma relevante para o resultado observado em maio de 2026.

Por fim, os volumes de gasolina, óleo diesel e GLP destinados ao consumo em Goiás, em abril de 2026, foram superiores aos registrados em abril de 2025, com variações de **10,72%**, **8,7%** e **0,38%**, respectivamente. Esse desempenho contrastou com a redução do volume de etanol hidratado (**-11,41%**) e com a queda na comercialização de etanol anidro goiano para outras unidades da Federação (**-12,74%**) na comparação entre os mesmos períodos. Em conjunto, esses fatores também contribuíram para o aumento verificado na arrecadação de maio de 2026.

Análise do Setor

Energia Elétrica

ICMS Arrecadado pelo Setor: Maio

Subsecretaria da Receita Estadual
Gerência de Substituição Tributária (GEST)

202.464.896,39

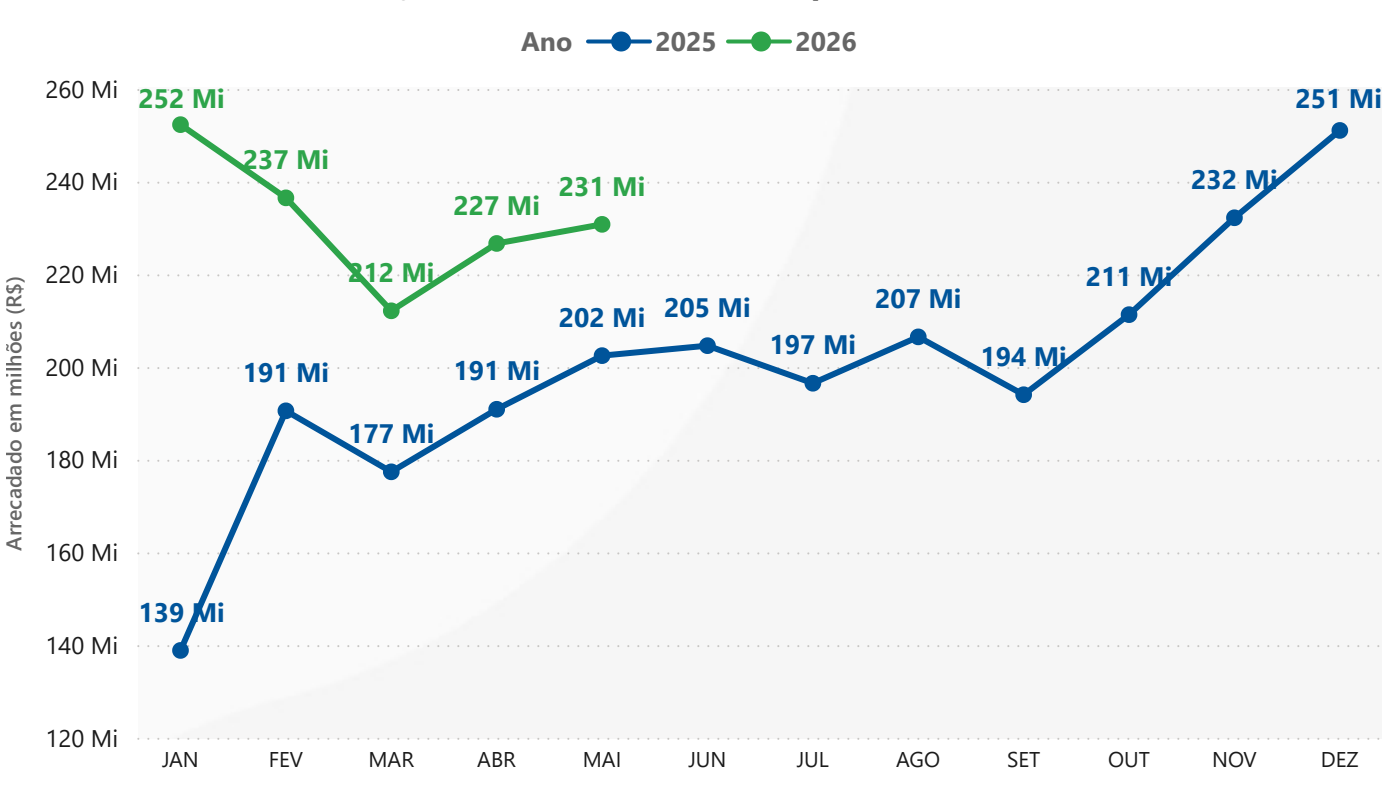
2025

230.794.968,64

2026

13,99%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Com a bandeira tarifária mantida em seu menor patamar (**verde**) nos dois períodos de referência (abril), sem incidência de custo adicional ao consumidor, a receita total de ICMS referente às operações com energia elétrica no mês de maio de 2026 apresentou crescimento de **14%** em relação à arrecadação registrada no mesmo período do ano anterior. Esse desempenho decorre da predominância de fatores positivos sobre fatores negativos, conforme destacado a seguir:

Fatores positivos:

- Reajuste tarifário médio de **18,5%**, vigente a partir de **22/10/2025**, aplicado à maior distribuidora de energia do estado de Goiás;
- Elevação da percepção de risco por parte dos contribuintes, em decorrência da intensificação dos procedimentos de fiscalização implementados, tais como monitoramento e ações fiscais.

Fator negativo:

- Crescimento do número de consumidores participantes do **SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica**, especialmente após a vigência da Medida Cautelar **ADI 5049774-14.2025.8.09.0000**.

Análise do Setor

Comunicação

ICMS Arrecadado pelo Setor: Maio

53.178.070,20

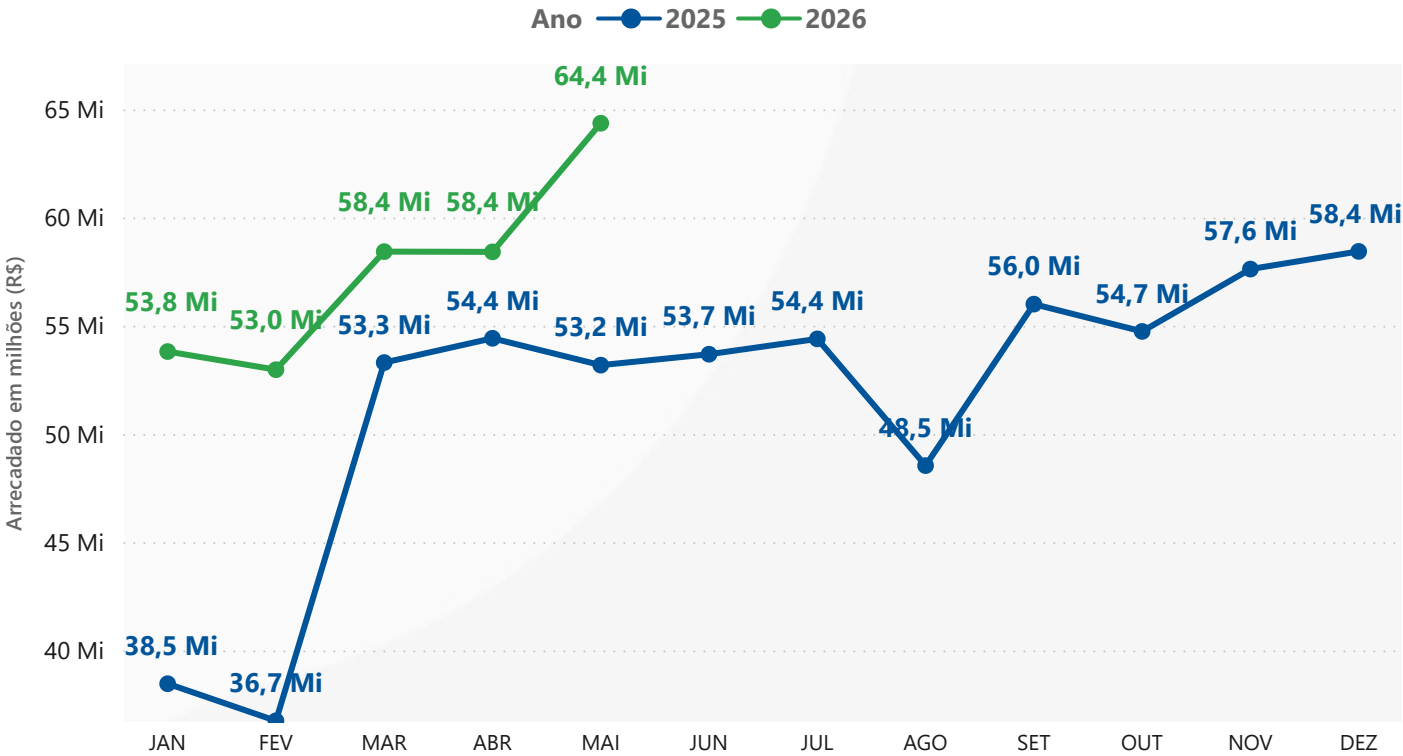
2025

64.354.982,50

2026

21,02%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Substituição Tributária (GEST)

A arrecadação de ICMS referente às prestações de serviços de comunicação apresentou resultado aproximadamente **21%** superior à receita total do mesmo período do ano anterior. Esse desempenho decorre, principalmente, da predominância de fatores positivos, conforme destacado a seguir:

Fatores positivos:

- Quitação de créditos tributários no âmbito do programa de anistia “Negocie Já II”, na ordem de **R\$ 11 milhões** em maio de 2026 por contribuintes deste setor;
- Aumento da percepção de risco por parte dos contribuintes, em decorrência dos procedimentos de fiscalização implementados, tais como monitoramento e ações fiscais.

Análise do Setor

Indústria

ICMS Arrecadado pelo Setor: Maio

462.831.781,06

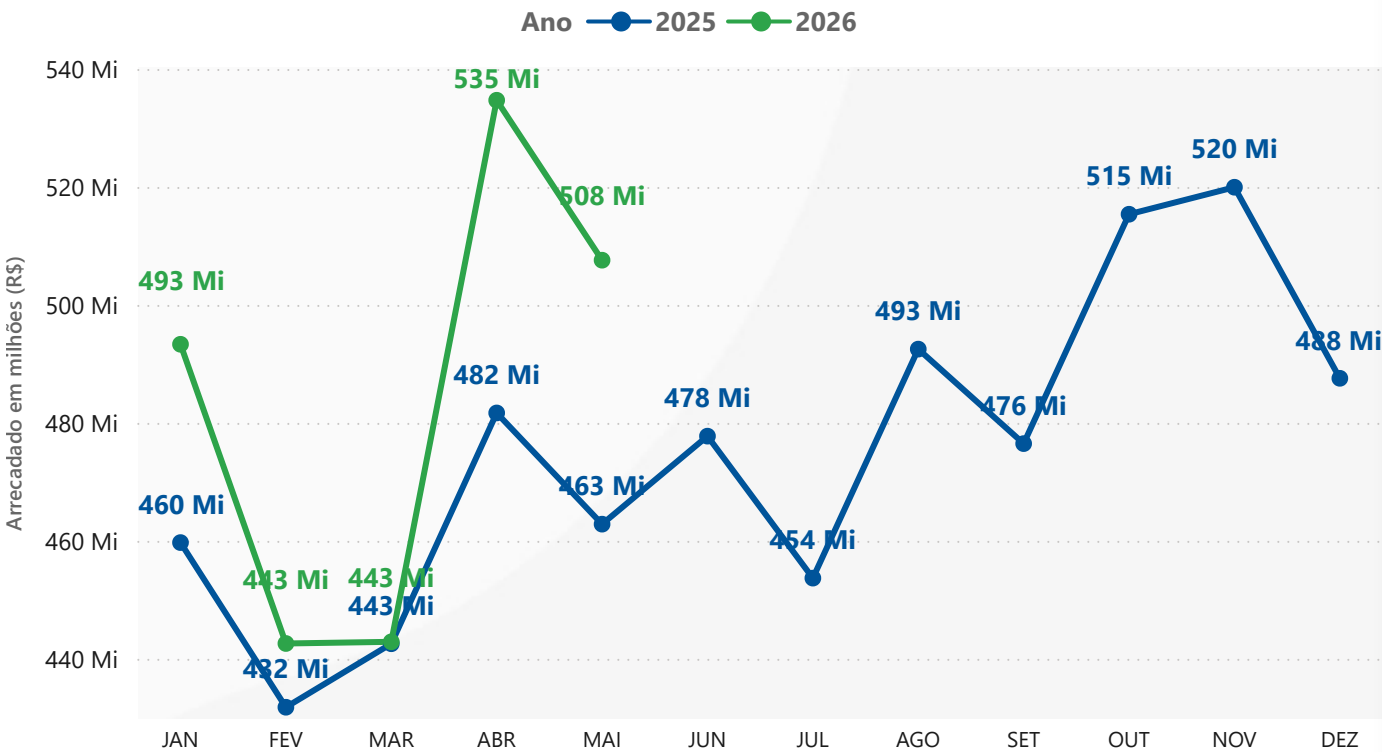
2025

507.584.730,10

2026

9,67%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

A arrecadação de ICMS do setor industrial alcançou **R\$ 507,6 milhões** em maio de 2026, evidenciando crescimento interanual de **9,67%**. No acumulado do ano, o setor registra expansão de **6,2%**, sinalizando a manutenção de desempenho positivo ao longo do período.

No cenário nacional, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF/IBGE) apontou avanço de **0,7%** na produção industrial em abril de 2026 em comparação com março, indicando continuidade da recuperação da atividade na margem.

Entretanto, apesar do resultado favorável no curto prazo, os indicadores da Sondagem Industrial da CNI ainda registram níveis de atividade e emprego abaixo da linha de **50 pontos**, sinalizando um ambiente econômico ainda moderado. Soma-se a esse cenário a manutenção da taxa Selic em patamares elevados, fator que continua restringindo as condições de crédito e limitando a intensidade da expansão da atividade industrial.

Análise do Setor

Comércio Atacadista e Distribuidor

ICMS Arrecadado pelo Setor: Maio

466.938.293,81

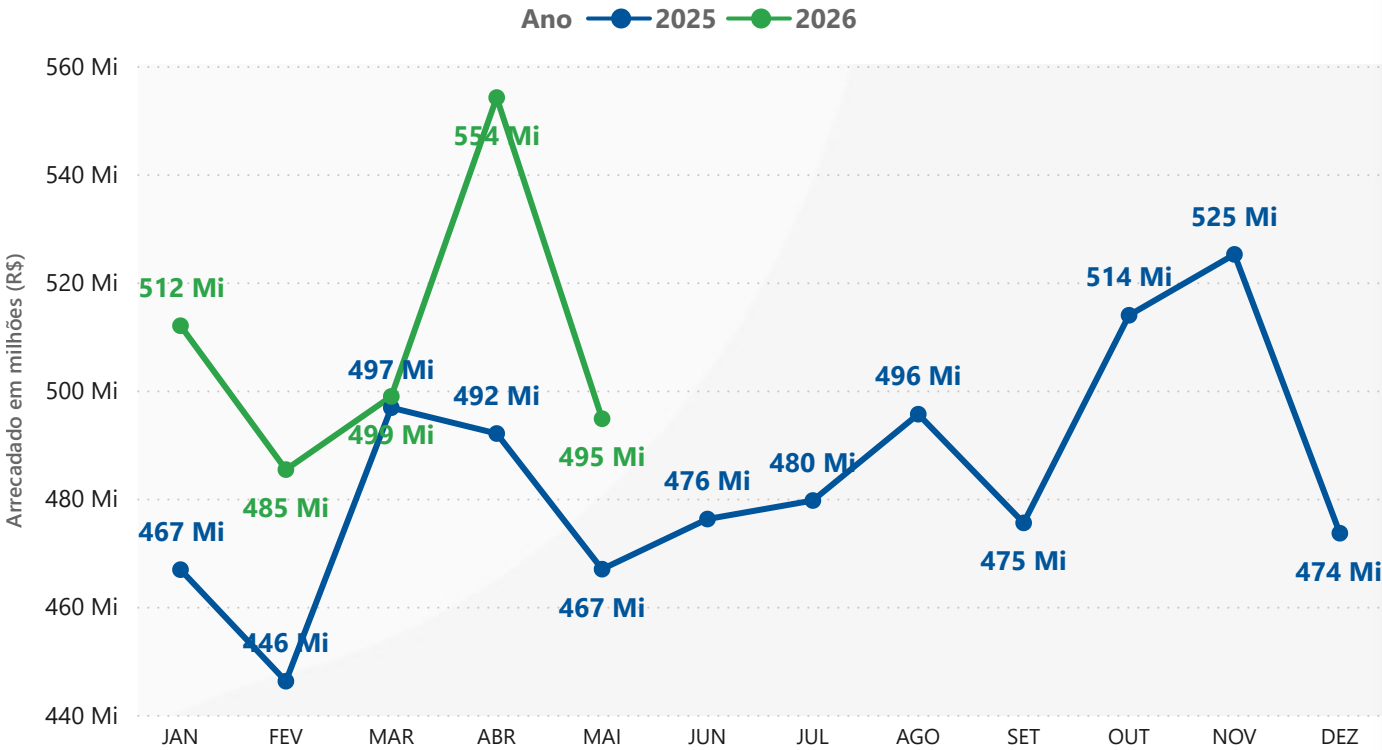
2025

494.758.689,98

2026

5,96%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

A arrecadação de ICMS do comércio atacadista e distribuidor alcançou **R\$ 494,7 milhões** em maio de 2026, registrando crescimento interanual de **5,96%** em relação ao mesmo mês do exercício anterior.

A dinâmica do setor atacadista tende a refletir, com certa defasagem temporal, o comportamento do comércio varejista e da demanda agregada, atuando como elo intermediário na cadeia de circulação de mercadorias.

O início de 2026 foi marcado por um ambiente relativamente favorável à atividade comercial, com a sustentação do fluxo de vendas e pela reposição de estoques. Todavia, a permanência da taxa Selic em patamares elevados continua impondo restrições ao setor, ao manter elevado o custo do crédito, especialmente para financiamento de estoques e capital de giro.

Nesse contexto, o setor demonstra resiliência e capacidade de adaptação, sustentado pelo desempenho positivo de segmentos estratégicos. Como resultado, acumula crescimento de **7,4%** no ano, indicando que, apesar das restrições macroeconômicas, a atividade atacadista mantém trajetória de expansão moderada ao longo do período.

Análise do Setor

Comércio Varejista

ICMS Arrecadado pelo Setor: Maio

402.539.654,76

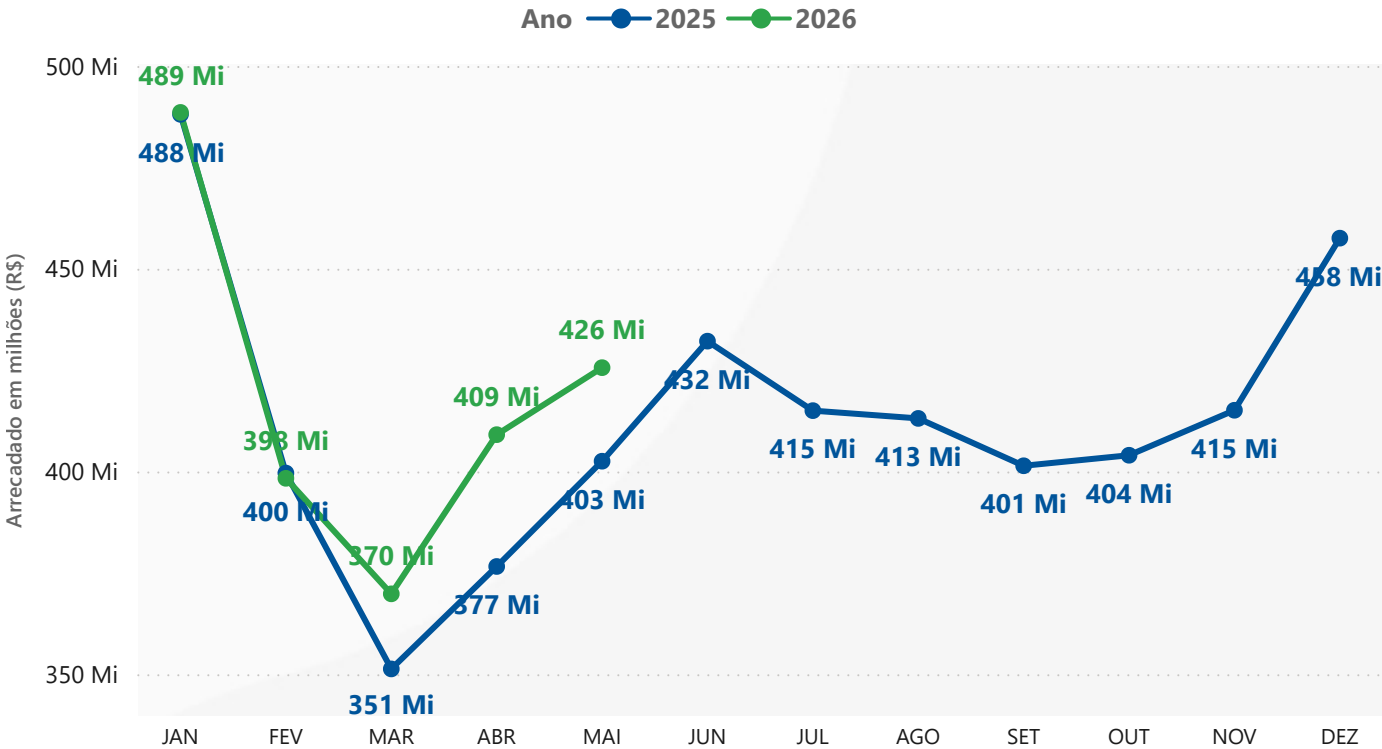
2025

425.608.072,24

2026

5,73%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Varejos e Serviços (GEAV)

O consumo de bens e mercadorias continua resiliente, embora não apresente aceleração homogênea. O elevado nível de endividamento das famílias brasileiras, aliado ao alto custo do crédito, contribui para condições financeiras mais restritivas. Nesse contexto, observa-se a priorização do consumo de itens essenciais, como alimentação, medicamentos e produtos de higiene e limpeza, reduzindo gastos com bens de maior valor e evitando financiamentos ou parcelamentos.

A arrecadação de ICMS do comércio varejista goiano em maio de 2026 — considerando como referência o imposto apurado em abril — apresentou crescimento nominal de **5,73%** em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado supera tanto o IPCA acumulado dos últimos doze meses (**4,39%**) quanto o crescimento das vendas do varejo nacional, medido pelo “Índice de Varejo Stone” (IVS), que registrou variação de **5,4%** no período analisado.

Os segmentos que mais contribuíram para o crescimento da arrecadação do varejo foram os de alimentos, medicamentos, produtos de higiene e limpeza, além de veículos e autopeças. Em contrapartida, foram observadas retrações nos setores de transporte, vestuário, calçados e materiais de construção.

Adicionalmente, observa-se a elevação dos pagamentos de débitos inscritos em dívida ativa, bem como a baixa representatividade, na arrecadação do mês, do programa “Negocie Já II”, que oferece benefícios para quitação e parcelamento de débitos. Destaca-se, ainda, a redução da inadimplência entre grandes grupos econômicos.

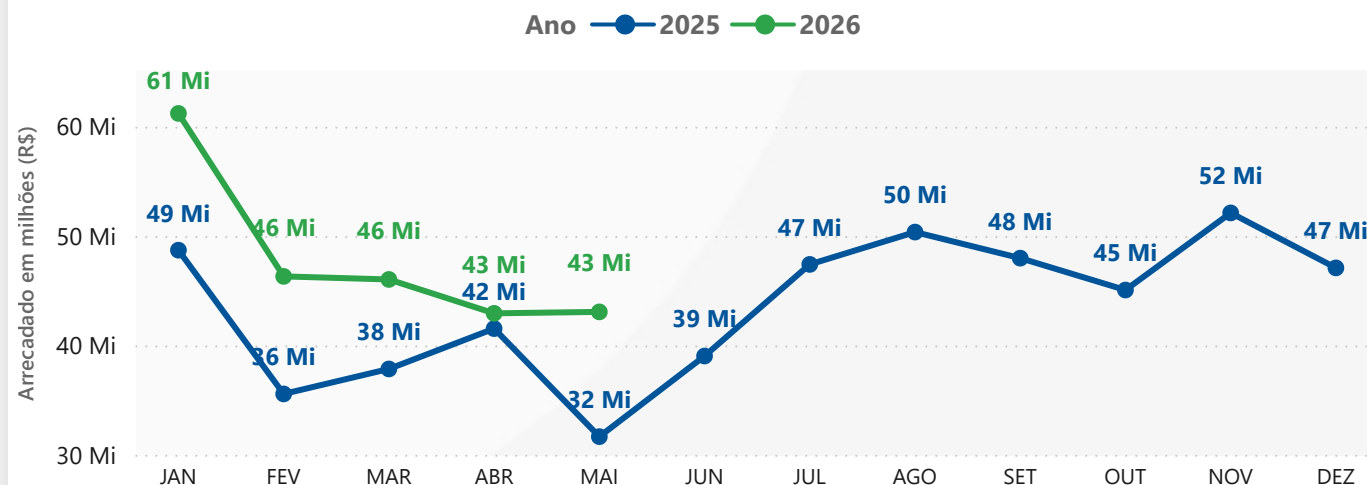
Arrecadação do ICMS

Operações de Importações

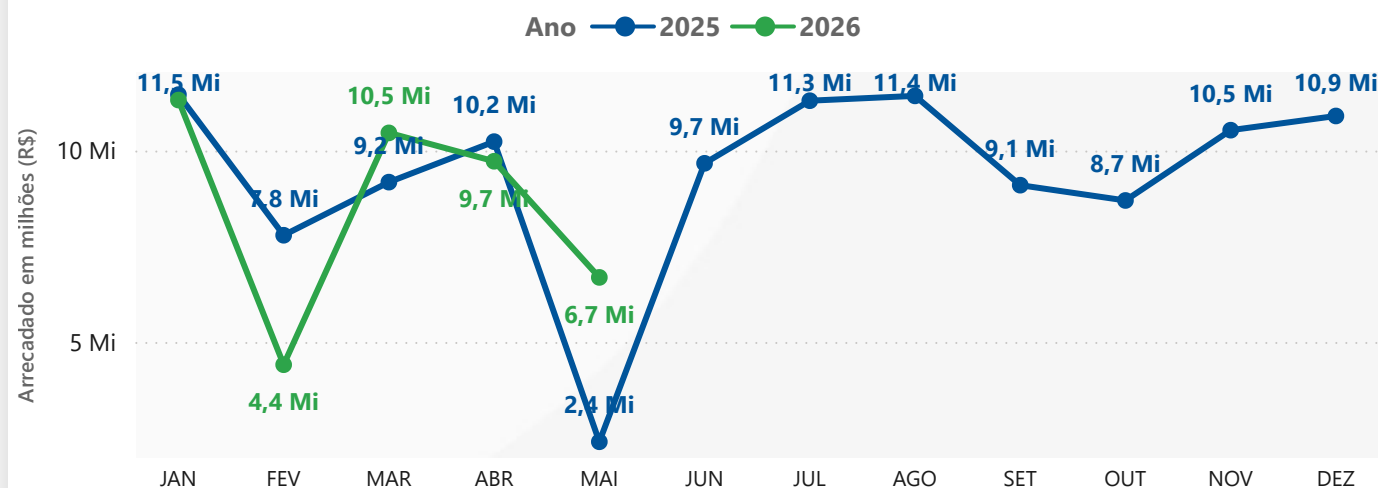
Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA (GCES)

Arrecadação ICMS Importação (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Arrecadação ICMS Importação via Correios/Couriers (em R\$)



A arrecadação relacionada às operações de importação apresentou desempenho positivo em abril de 2026. O ICMS incidente sobre importações superou em **R\$ 11 milhões** o mesmo período do exercício anterior.

Nas importações realizadas por remessas internacionais, houve um crescimento da arrecadação. Nessa modalidade, o ICMS arrecadado foi **R\$ 4,3 milhões** superior ao verificado no mesmo período de 2025. Contudo, com a redução a zero da alíquota do Imposto de Importação sobre remessas internacionais de até **US\$ 50**, no âmbito do Programa Remessa Conforme, os valores recolhidos nessas operações tendem a apresentar redução. Considerando apenas a retirada do Imposto de Importação da composição da base de cálculo do ICMS, a queda estimada na arrecadação dessa modalidade é de aproximadamente **15%**.

A pauta importadora de Goiás permaneceu concentrada em produtos com forte vinculação às cadeias industriais, farmacêuticas, automotivas e agroindustriais. O principal grupo foi o de medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários, responsável por **23,2%** das importações do mês. Em seguida aparecem partes e acessórios de veículos automotivos, com **14,8%**; outros medicamentos, incluindo veterinários, com **10,2%**; motores de pistão e suas partes, com **4,1%**; máquinas agrícolas e suas partes, com **4,0%**; enxofre, com **3,7%**; e adubos ou fertilizantes químicos, com **3,5%**.

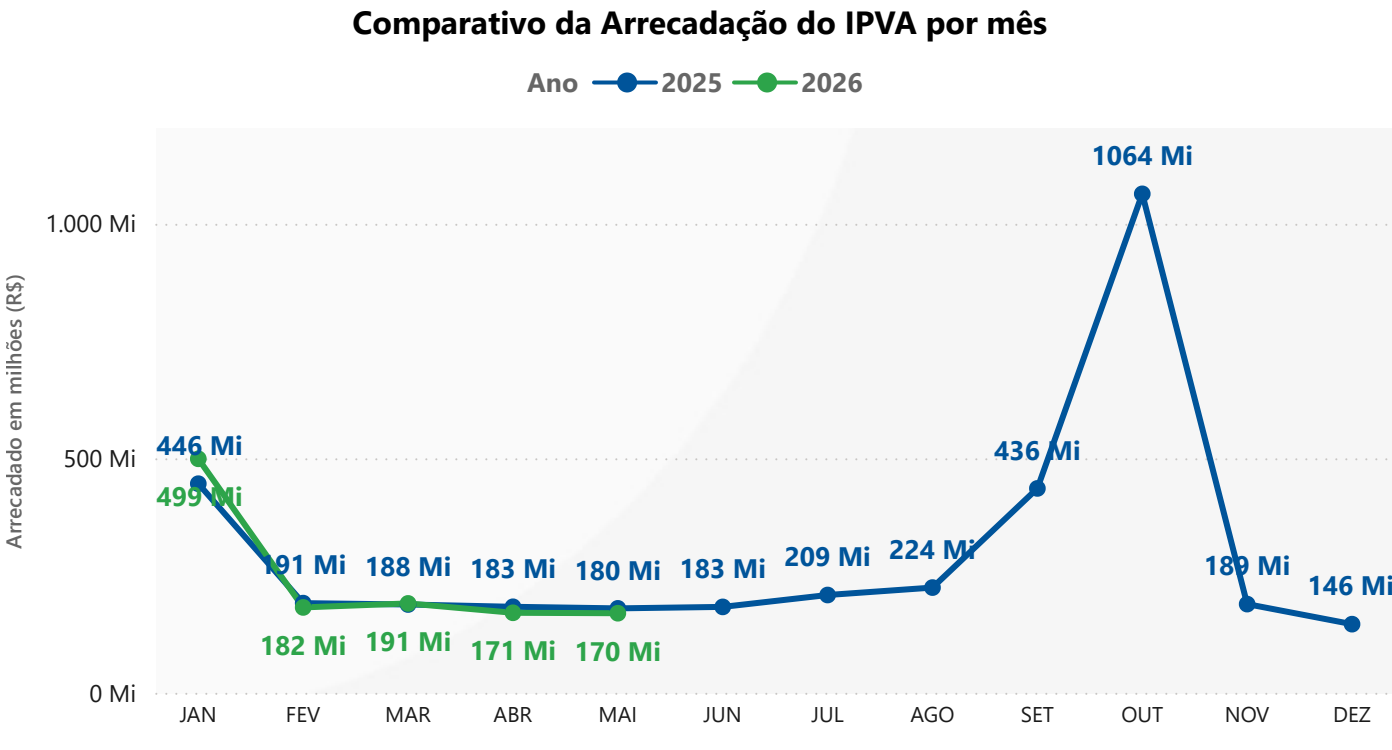
Em maio de 2026, as exportações de Goiás somaram **US\$ 1,5 bilhão**, crescimento de **6,6%** em relação ao mesmo mês de 2025, resultando em um superávit comercial de aproximadamente **US\$ 1,0 bilhão**. A soja manteve-se como principal produto exportado (**59,4%** das vendas externas), seguida por carne bovina (**12,7%**), farelos de soja e alimentos para animais (**5,9%**), produtos siderúrgicos (**5,2%**) e carnes de aves (**3,1%**). A China permaneceu como principal destino das exportações goianas, absorvendo **58,0%** das vendas, seguida por Estados Unidos, Países Baixos, Paquistão e Canadá.

No cenário nacional, Goiás respondeu por **4,7%** das exportações brasileiras, ocupando a **8ª posição** entre os estados, e por **1,8%** das importações, ficando em **11º lugar**. Apesar da redução nas importações, a arrecadação de ICMS sobre importações cresceu, inclusive nas remessas internacionais. Contudo, há perspectiva de queda futura na arrecadação, reforçando a necessidade de monitorar setores estratégicos, como medicamentos, autopeças, máquinas, fertilizantes, insumos industriais e remessas internacionais, especialmente diante de possíveis mudanças tributárias.

Arrecadação bruta do IPVA

Comparativo entre exercícios

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência do IPVA (GIPVA)



Arrecadação do IPVA por mês			
Mês	Arrecadação IPVA (2025)	Arrecadação IPVA (2026)	Variação Percentual
JAN	445.855.448,09	498.942.282,52	▲ 11,91%
FEV	191.205.363,41	182.059.186,09	▼ -4,78%
MAR	188.295.490,76	190.589.823,21	▲ 1,22%
ABR	183.409.538,07	170.615.327,97	▼ -6,98%
MAI	180.049.274,20	169.697.907,32	▼ -5,75%
Total	1.188.815.114,53	1.211.904.527,11	▲ 1,94%

A arrecadação de IPVA em maio ficou **30,35%** abaixo do valor projetado, enquanto o resultado acumulado do exercício permanece **13%** inferior à previsão. Em abril, a diferença acumulada correspondia a **R\$ 100 milhões**, ampliando-se para **R\$ 180 milhões** em maio.

Três fatores continuam impactando o desempenho da arrecadação do IPVA. O primeiro refere-se à nova renúncia fiscal estimada em **R\$ 77 milhões**, destinada às motocicletas de até **150cc** e com mais de **6 anos** de fabricação.

O segundo fator é o programa “Negocie Já II”, que promove renúncia da receita decorrente da ação fiscal, sem, contudo, gerar incremento correspondente na arrecadação do principal.

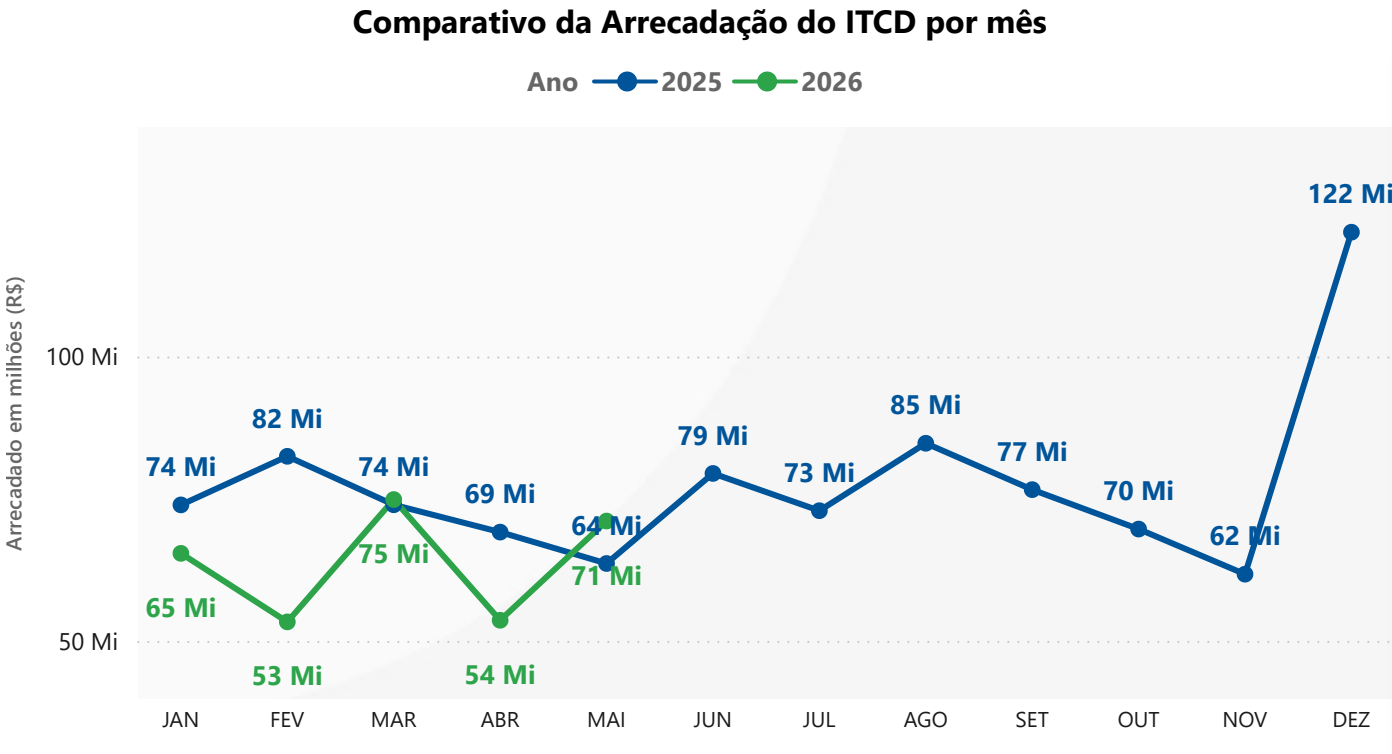
Por fim, destaca-se a ausência de obrigatoriedade do parcelamento. Entretanto, não foi possível mensurar seu impacto neste período, uma vez que as informações referentes às parcelas de pagamento no mês de maio ainda não estão disponíveis

Arrecadação bruta do ITCD

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 02/07/2026

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência do ITCD (GITCD)



Arrecadação do ITCD por mês			
Mês	Arrecadação ITCD (2025)	Arrecadação ITCD (2026)	Variação Percentual
JAN	73.914.054,33	65.396.198,89	-11,52%
FEV	82.457.361,76	53.347.334,65	-35,30%
MAR	73.938.199,35	74.857.625,45	1,24%
ABR	69.131.153,52	53.631.852,14	-22,42%
MAI	63.613.175,67	71.076.014,50	11,73%
Total	363.053.944,63	318.309.025,63	-12,32%

O ITCD não apresenta uma trajetória regular de arrecadação, sendo recorrentes oscilações relevantes quando comparado com o exercício anterior. De maneira geral, a arrecadação registrada no mês de maio reflete, principalmente, as declarações concluídas em abril, considerando que o DARE possui prazo de vencimento de até 30 dias, além das declarações recepcionadas e quitadas no próprio mês.

Sob a perspectiva quantitativa, foram concluídas **2.710 declarações** em abril e **2.765 declarações** em maio, evidenciando relativa estabilidade no volume processado. Em linha com esse comportamento, o ano de 2026 registra a média mensal de **2.780 declarações concluídas**.

Sob a perspectiva qualitativa, em contraste com a estabilidade observada no volume de declarações, verifica-se que a arrecadação de maio superou a de abril em mais de **30%**, elevando o ticket médio de **R\$ 19,8 mil** para **R\$ 25,7 mil**.

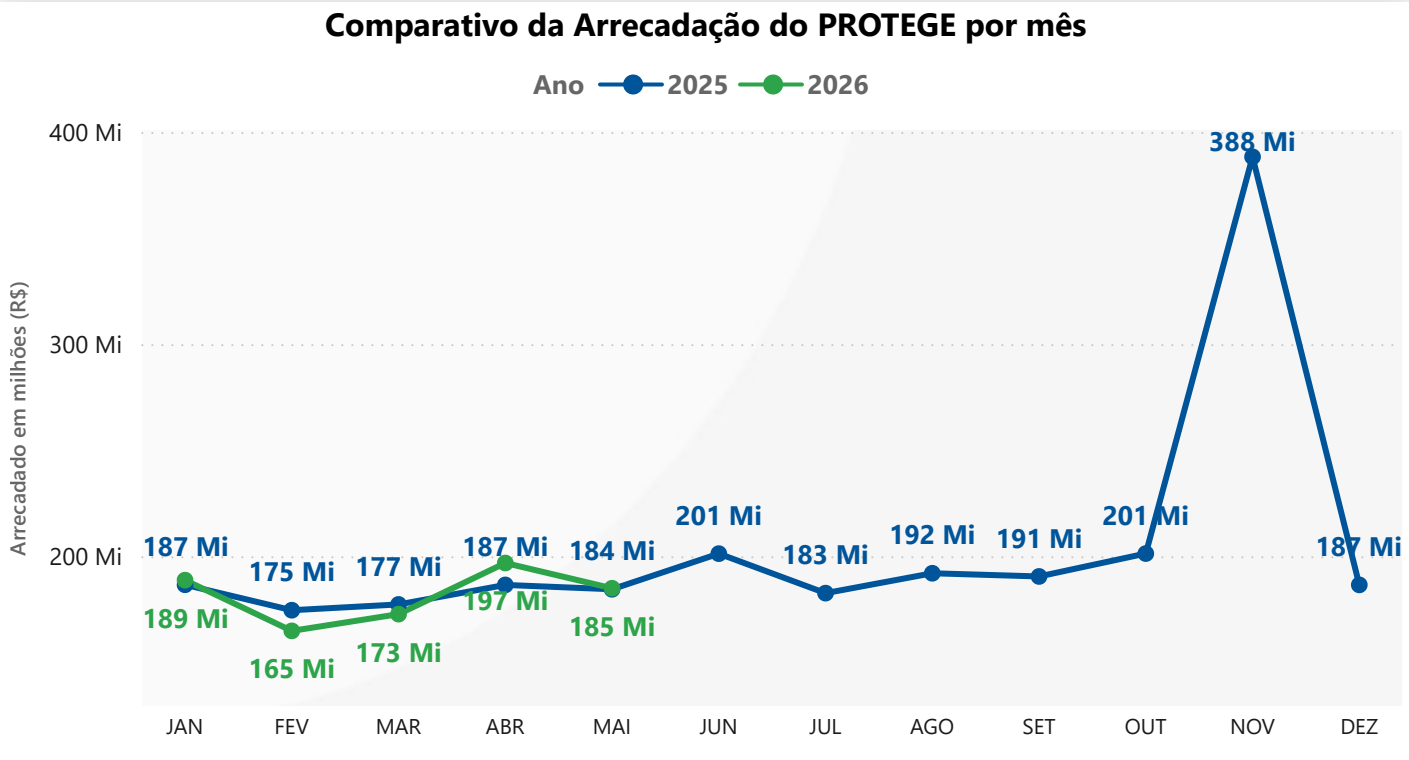
Diversos fatores contribuíram para esse incremento. Dentre eles, destaca-se a implantação do **Módulo de Autorregularização**, última entrega prevista no âmbito do Sistema ITCD 4.0. Implementado ao final de abril, o módulo realiza a comparação entre os valores declarados pelos contribuintes e os valores referenciais da Administração Tributária, incluindo automaticamente em malha as declarações cujos valores declarados sejam considerados insuficientes.

Uma vez retida em malha, o sistema gera mensagens e comunicados automáticos, informando ao contribuinte a necessidade de retificação dos valores declarados. Desde a implantação do módulo, mais de **1.500 declarações** foram incluídas em malha, das quais aproximadamente **550** já foram regularizadas, sem necessidade de emissão de comunicados formais.

Espera-se que parcela significativa das demais declarações seja regularizada após o recebimento dos comunicados. Caso a retificação não seja realizada, os respectivos processos serão encaminhados para Ação Fiscal.

Arrecadação do PROTEGE

Comparativo entre exercícios



Arrecadação do PROTEGE por mês do ano				
Mês	Arrecadação PROTEGE (2025)	Arrecadação PROTEGE (2026)	Variação Percentual	
JAN	186.588.077,81	188.759.007,18	▲	1,16%
FEV	174.589.336,83	164.843.893,75	▼	-5,58%
MAR	177.312.252,17	172.736.299,46	▼	-2,58%
ABR	186.508.884,80	196.839.741,43	▲	5,54%
MAI	184.460.323,75	184.930.460,11	▲	0,25%
Total	909.458.875,36	908.109.401,93	-0,15%	

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

A arrecadação do PROTEGE no mês de maio de 2026 totalizou **R\$ 184,9 milhões**, resultado praticamente estável em relação ao mesmo mês do exercício anterior, quando foram arrecadados **R\$ 184,5 milhões**, representando variação positiva de apenas **0,25%**.

Historicamente, a arrecadação mensal do PROTEGE não apresenta oscilações significativas, com desvios em relação à média geralmente inferiores a **10%**, exceto em situações atípicas.

No acumulado do período de janeiro a maio de 2026, a arrecadação alcançou **R\$ 908,1 milhões**, valor ligeiramente inferior aos **R\$ 909,5 milhões** registrados no mesmo período de 2025, resultando em retração de **0,15%**.

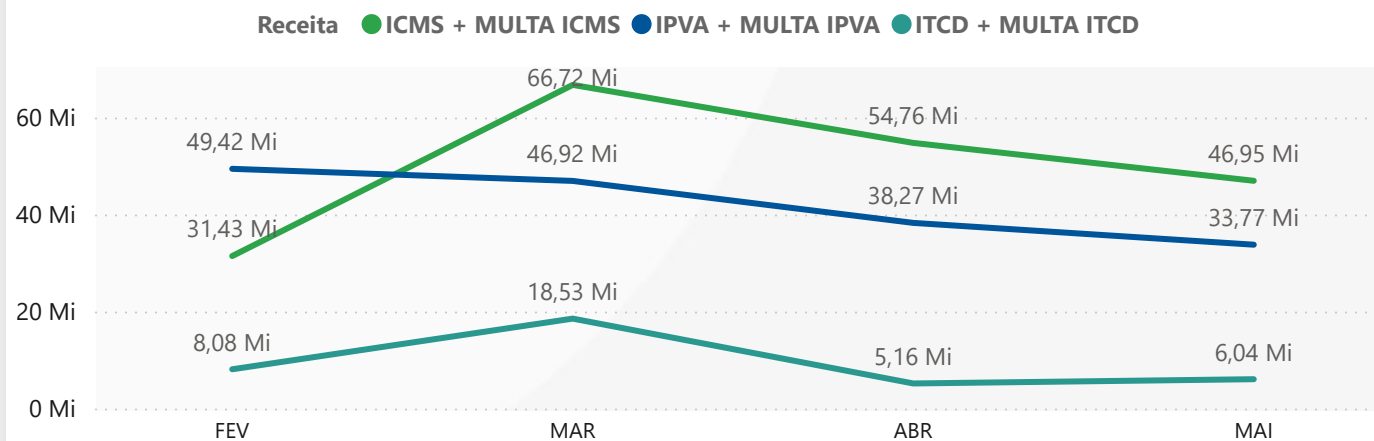
Esse desempenho permanece associado, principalmente, ao menor dinamismo das indústrias beneficiárias dos programas Fomentar e Produzir, responsáveis pelo recolhimento vinculado ao código de receita **4888**. Como o PROTEGE constitui uma contrapartida calculada como percentual sobre o ICMS financiado por essas empresas, reduções no volume de operações e no montante financiado impactam diretamente a arrecadação do fundo.

Adicionalmente, observa-se que as indústrias enquadradas no PROGOIÁS também vêm apresentando menor volume de recolhimento no código de receita **4990**, reforçando a percepção de crescimento moderado da atividade industrial e contribuindo para a estabilidade da arrecadação do PROTEGE ao longo de 2026.

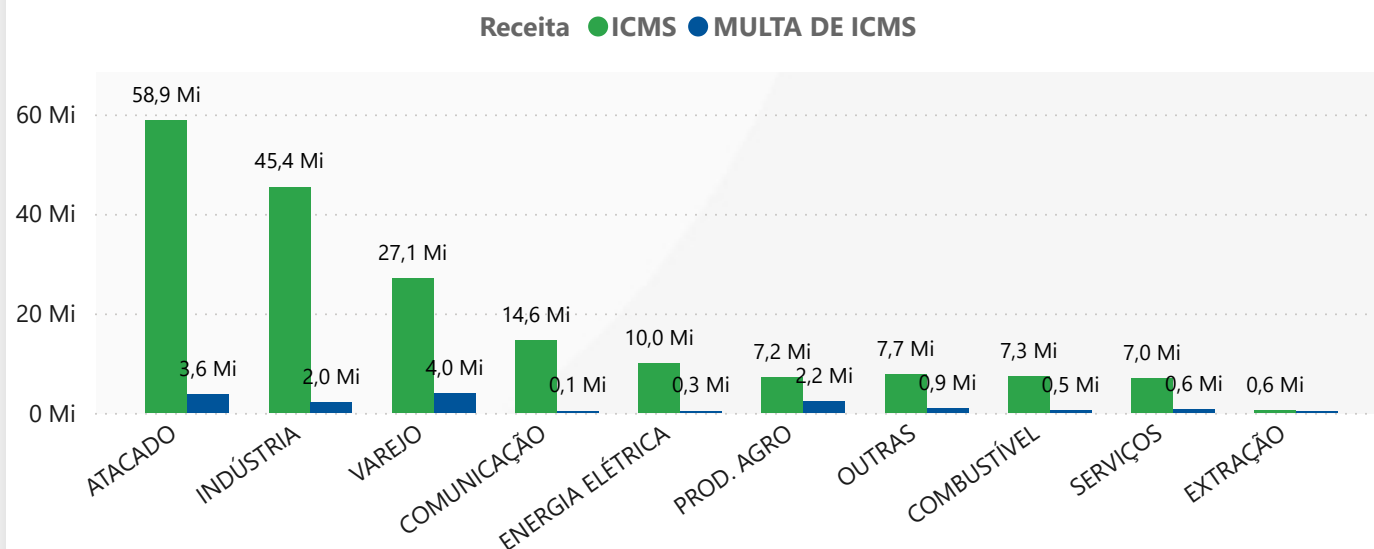
Recuperação de créditos

Programa Negocie Já II

Arrecadação Negocie Já - Por Tipo de Receita e Mês - Ano: 2026 (em R\$)



Arrecadação Total Negocie Já (ICMS e Multa ICMS) - Por Setor - 2026 (em R\$)



Subsecretaria da Receita Estadual Superintendência de Recuperação de Crédito (SRC)

No período acumulado, **108.593 contribuintes** regularizaram seus passivos tributários por meio dos benefícios concedidos pelo programa “Negocie Já II”, que alcançou um volume de renegociação da ordem de **R\$ 1,71 bilhão**. Do montante total transacionado, **R\$ 346,22 milhões** converteram-se em arrecadação efetiva e imediata para os cofres públicos, ao passo que o saldo de **R\$ 1,36 bilhão** foi provisionado na carteira de recebíveis do Estado.

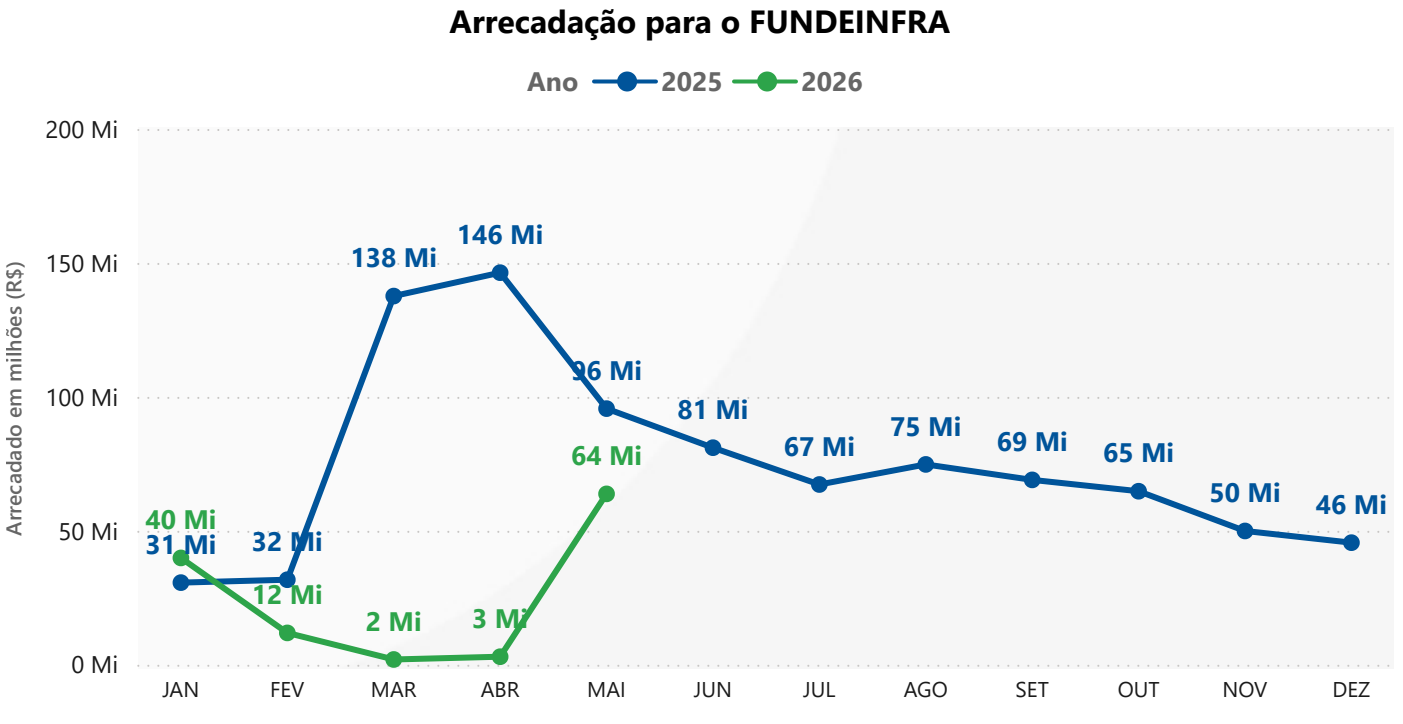
No detalhamento da arrecadação realizada, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) correspondeu pelo aporte de **R\$ 154,22 milhões**. Em magnitude semelhante, destacam-se os recolhimentos vinculados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que totalizaram **R\$ 153,20 milhões**.

No tocante aos créditos com exigibilidade suspensa por meio de parcelamento, a predominância do saldo de **R\$ 1,36 bilhão** está associada a débitos de **ICMS**, que representam **R\$ 1,28 bilhão** da referida carteira. Os contratos firmados para o pagamento parcelado do **IPVA** alcançaram a marca de **R\$ 47,80 milhões**, enquanto o **ITCD** e as **Penas Pecuniárias** registraram projeções de recebimentos futuros na ordem de **R\$ 25,33 milhões** e **R\$ 6,50 milhões**, respectivamente.

Arrecadação do FUNDEINFRA

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 02/07/2026



Arrecadação do FUNDEINFRA por Mês				
Mês	Arrecadação Fundeinfra (2025)	Arrecadação Fundeinfra (2026)	Variação Percentual	
JAN	30.664.736,38	39.883.088,66	▲	30,06%
FEV	31.749.174,83	11.892.770,23	▼	-62,54%
MAR	137.635.617,04	1.975.210,12	▼	-98,56%
ABR	146.364.912,35	3.009.574,32	▼	-97,94%
MAI	95.618.381,13	63.793.810,16	▼	-33,28%
Total	442.032.821,73	120.554.453,49		-72,73%

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

Com a publicação da Lei nº 24.133, de 13 de março de 2026, foi encerrada a contribuição destinada ao FUNDEINFRA.

Em decorrência da alteração legislativa, os fatos geradores relativos ao fundo produziram efeitos apenas até 31/12/2025.

Dessa forma, não se projeta arrecadação relevante para o FUNDEINFRA nos próximos meses, sendo esperada, adicionalmente, a restituição de parcela significativa dos valores arrecadados em fevereiro de 2026.

Nesse contexto, de forma geral, a arrecadação do FUNDEINFRA representa apenas receita residual, decorrente, principalmente, de recolhimentos em atraso ou vinculados a fatos geradores ocorridos em 2025.

No entanto, no mês de maio de 2026 houve recolhimento atípico, da ordem de **R\$ 63 milhões**, referente a valores residuais vinculados a Termos de Compromisso celebrados com fundamento no art. 6º-A da Lei nº 21.670/2022. Com a publicação da Lei nº 24.133/2026, ocorreu a revogação dos acordos, gerando o recolhimento do saldo residual constante das contas correntes vinculadas aos Termos.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1	Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2	Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3	Despesa Liquidada	30
3.4	Mínimos Constitucionais	31

Nesta seção apresenta-se a execução orçamentária do Estado, destacando as principais informações referentes à dotação, empenho, liquidação e pagamento da despesa pública. Além disso, detalha-se a execução orçamentária das despesas vinculadas em saúde e educação. Por fim, são apresentados o resultado orçamentário e o resultado primário.



Execução Orçamentária

Comparativo anual - **Incluindo Poderes**

55,46 Bi

Realizado até maio
Dotação Autorizada

30,28 Bi

Realizado até maio
Valor Empenhado

19,73 Bi

Realizado até maio
Valor liquidado

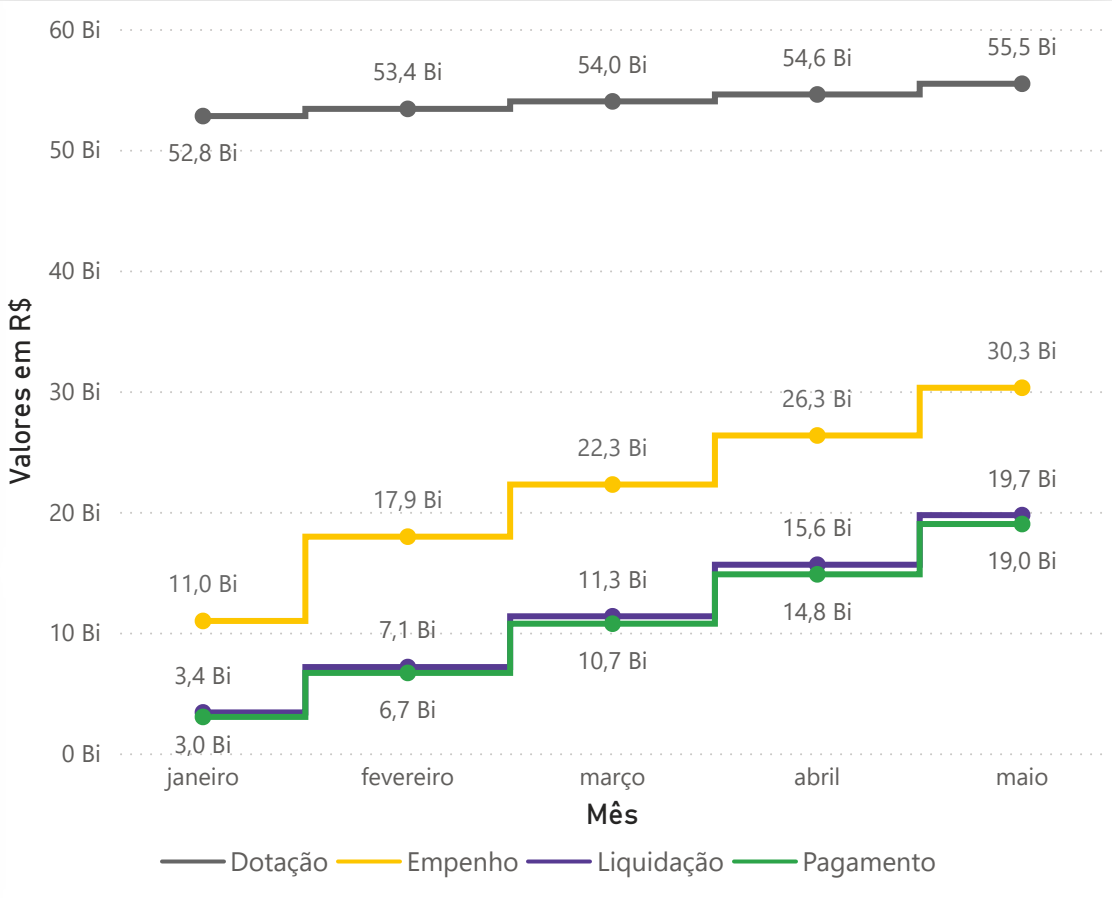
18,99 Bi

Realizado até maio
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	29.128 Mi	12.418 Mi	11.745 Mi	11.398 Mi	42,63%	94,58%	97,04%
2	408 Mi	286 Mi	125 Mi	125 Mi	70,06%	43,71%	100,00%
3	17.629 Mi	13.589 Mi	6.663 Mi	6.335 Mi	77,08%	49,04%	95,07%
4	5.913 Mi	3.191 Mi	837 Mi	777 Mi	53,97%	26,24%	92,75%
5	244 Mi	8 Mi	8 Mi	8 Mi	3,47%	100,00%	99,88%
6	1.012 Mi	788 Mi	349 Mi	349 Mi	77,83%	44,24%	100,00%
9	1.131 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	55.465 Mi	30.279 Mi	19.728 Mi	18.991 Mi	54,59%	65,15%	96,26%

Esse painel apresenta a execução orçamentária do Estado incluindo outros Poderes. Em maio de 2026, foram empenhados **R\$ 30,28 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 19,73 bilhões**, correspondendo a **65,15%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados até maio de 2026 totalizam **R\$ 18,99 bilhões**, o que representa **96,26%** do valor liquidado.



Execução Orçamentária

Comparativo anual - Apenas Executivo

47,89 Bi

Realizado até maio
Dotação Autorizada

25,98 Bi

Realizado até maio
Valor Empenhado

16,82 Bi

Realizado até maio
Valor liquidado

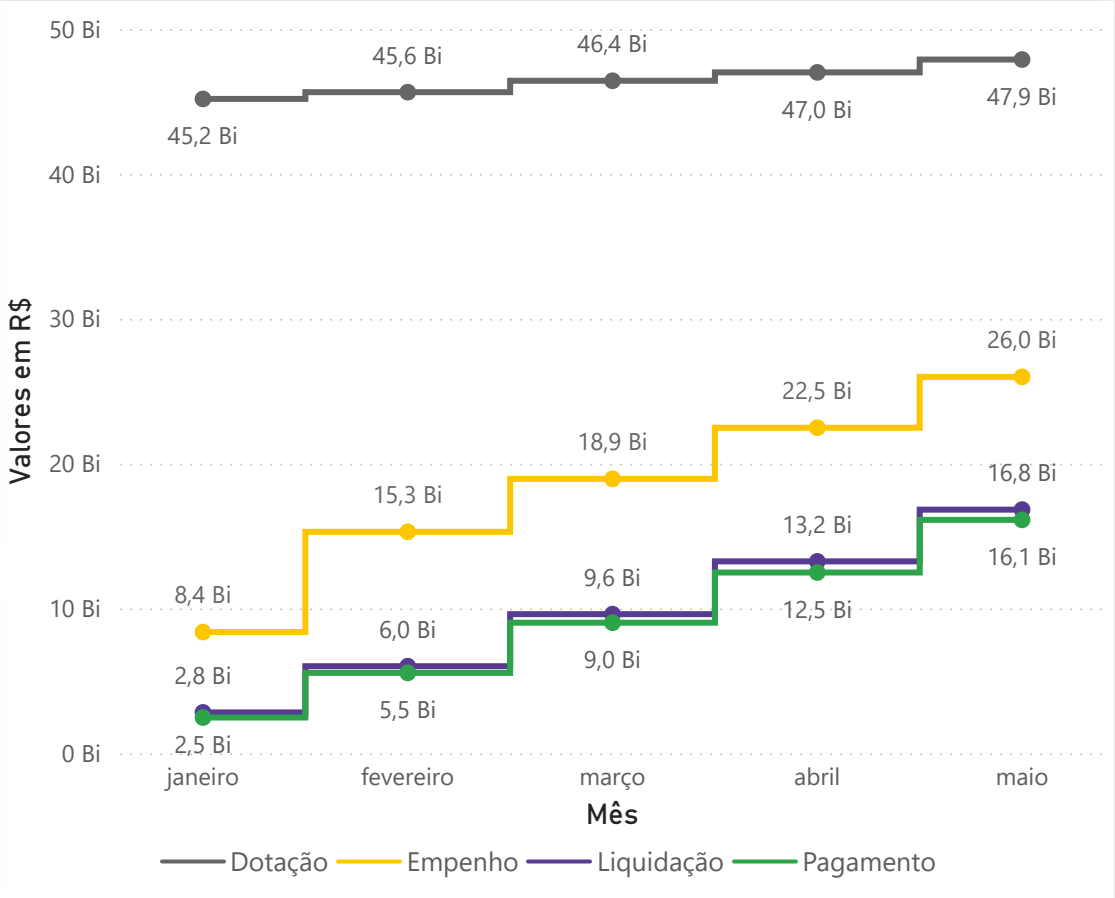
16,11 Bi

Realizado até maio
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	24.405 Mi	9.910 Mi	9.651 Mi	9.319 Mi	40,61%	97,39%	96,57%
2	408 Mi	286 Mi	125 Mi	125 Mi	70,06%	43,71%	100,00%
3	15.390 Mi	11.964 Mi	5.866 Mi	5.552 Mi	77,74%	49,03%	94,65%
4	5.317 Mi	3.029 Mi	820 Mi	759 Mi	56,97%	27,06%	92,61%
5	229 Mi	8 Mi	8 Mi	8 Mi	3,69%	100,00%	99,88%
6	1.012 Mi	788 Mi	349 Mi	349 Mi	77,83%	44,24%	100,00%
9	1.131 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	47.891 Mi	25.985 Mi	16.818 Mi	16.113 Mi	54,26%	64,72%	95,81%

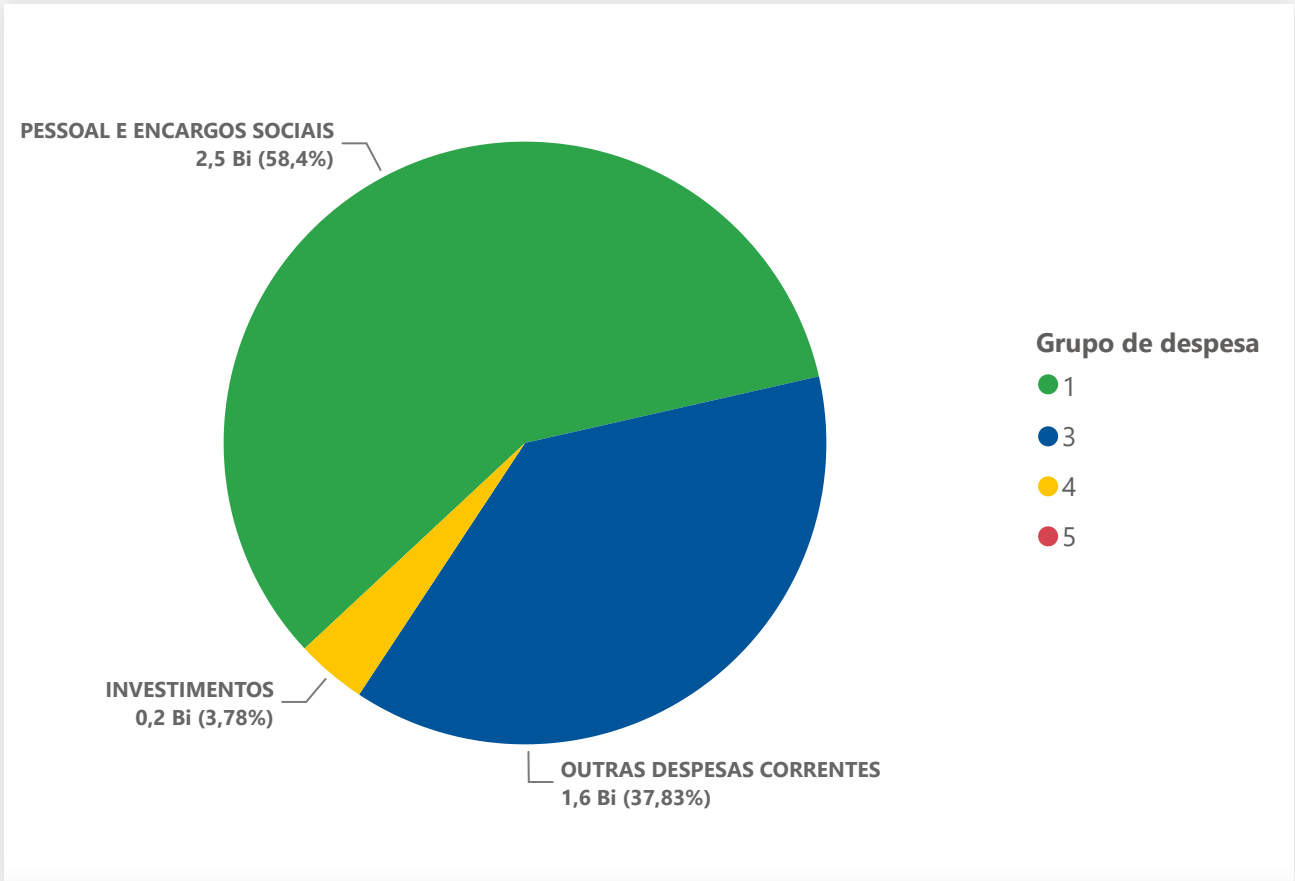
No que se refere ao Poder Executivo, verifica-se que até **maio** de 2026, foram empenhados **R\$ 25,98 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 16,82 bilhões**, correspondendo a **64,72%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados totalizam **R\$ 16,11 bilhões**, o que representa **95,81%** do valor liquidado.

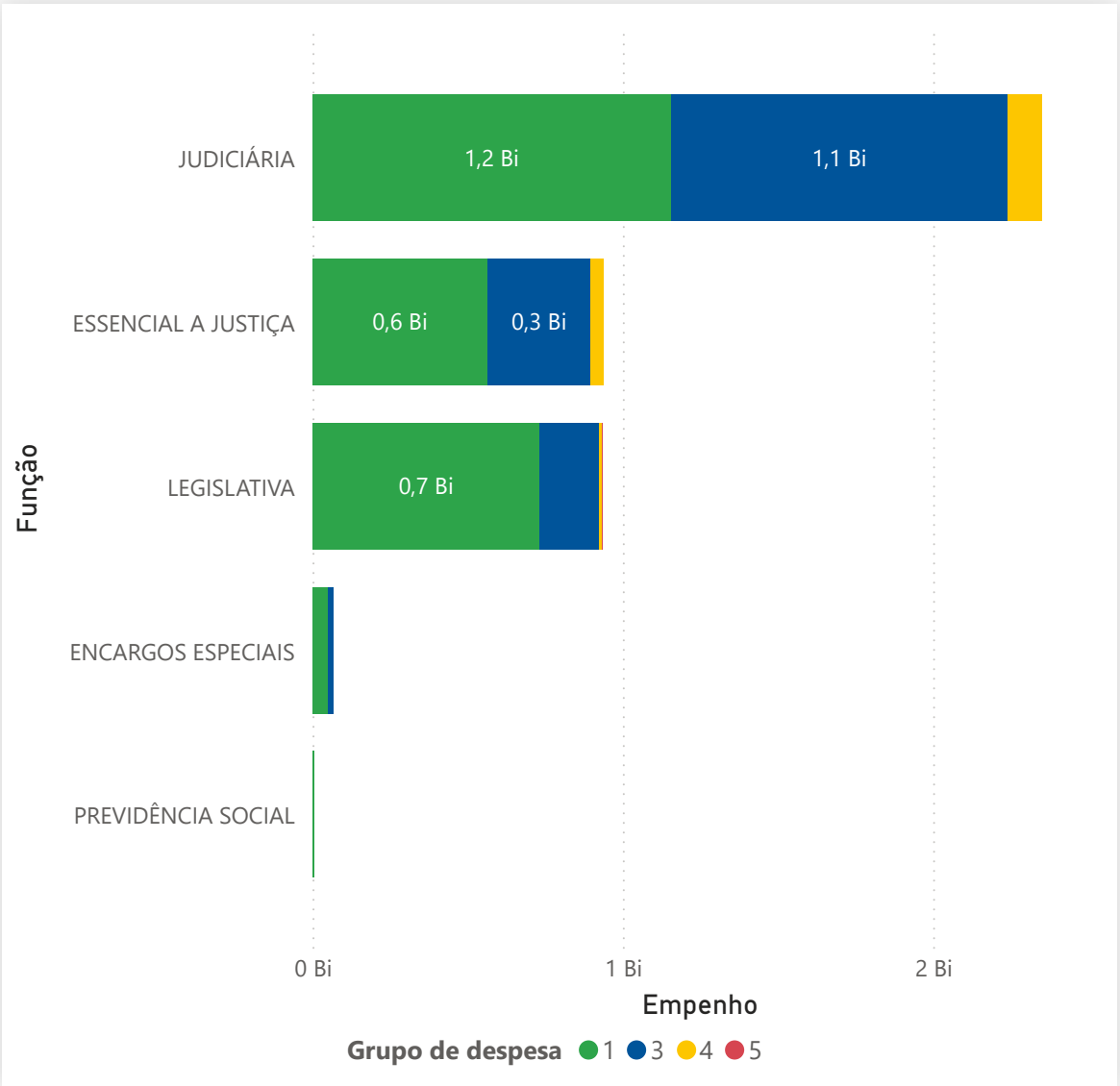


Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - Outros Poderes

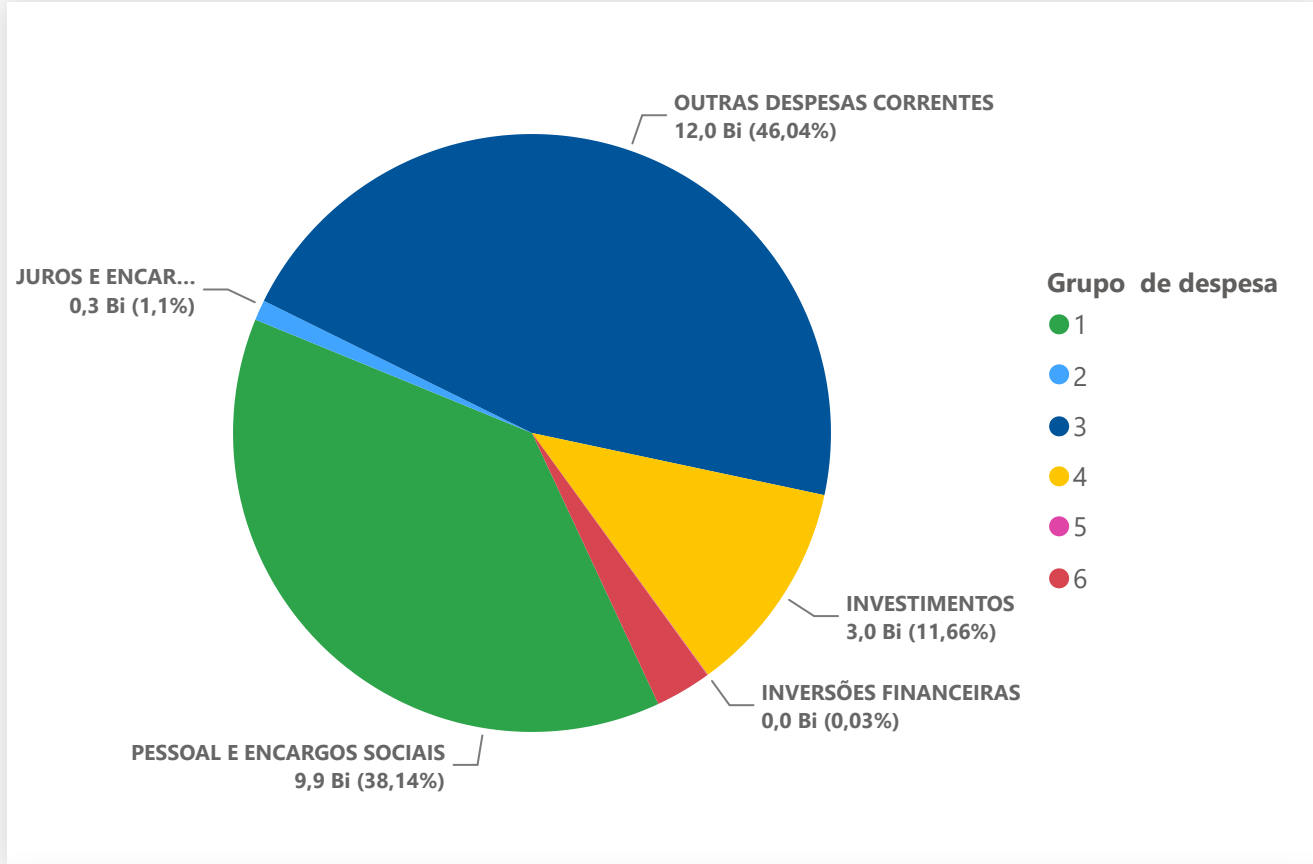


No Gráfico acima tem-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções relacionadas aos Outros Poderes. O principal grupo de despesa é o de Pessoal e Encargos Sociais, representando **58,40%**. Em seguida, tem-se as Outras Despesas Correntes, correspondendo a **37,83%**. Por fim, os Investimentos representam **3,78%**.

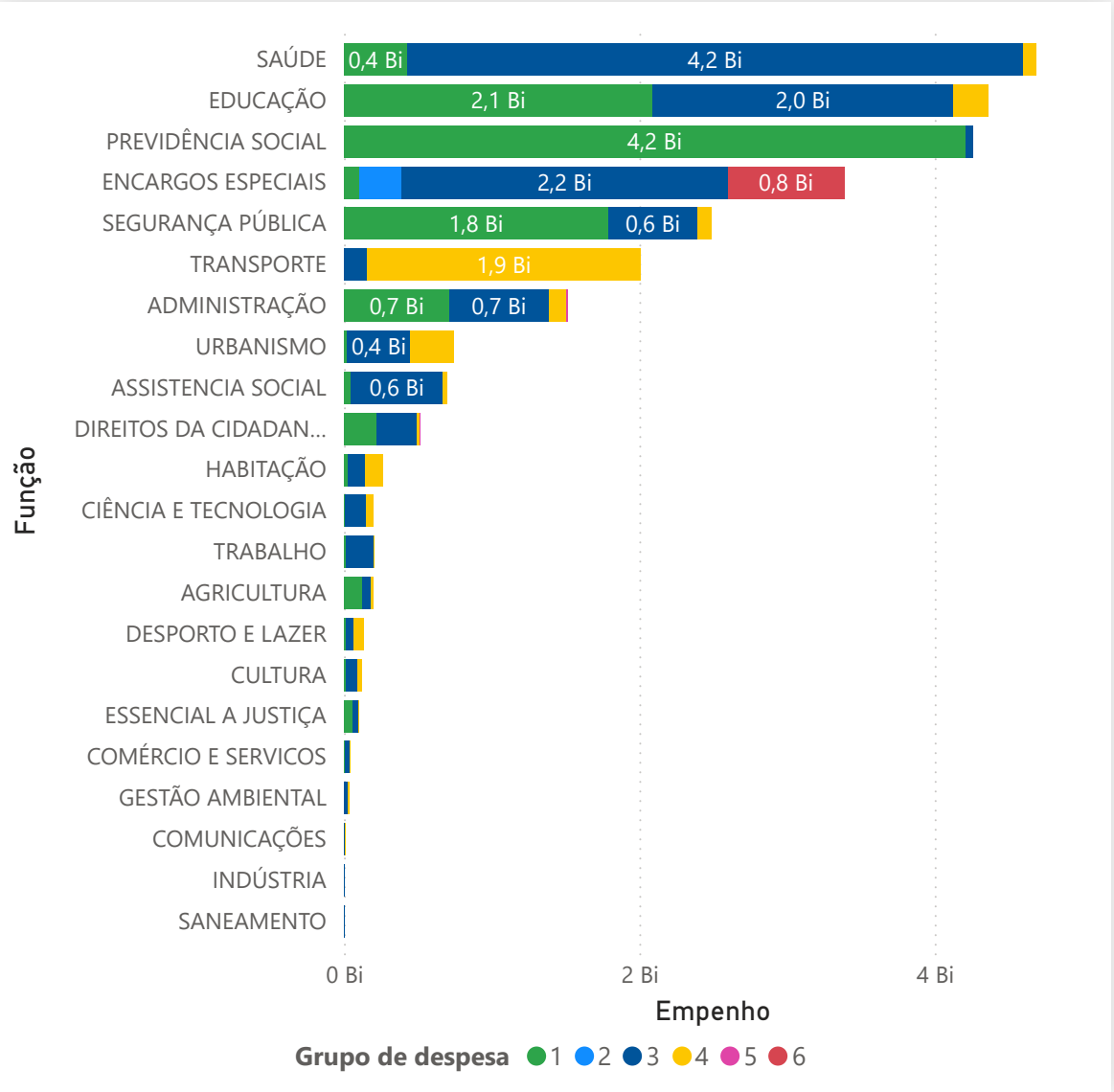


Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - Apenas Executivo



No Gráfico acima apresenta-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções, considerando apenas o Poder Executivo. O principal grupo de despesa é Outras Despesas Correntes, correspondendo a **46,04%** do total. Em seguida, destacam-se as despesa com Pessoal e Encargos Sociais, que representa **38,14%**. Os Investimentos, por sua vez, representam **11,66%**. Destaca-se o empenho para as áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.



Despesa liquidada

Comparativo anual - Apenas Executivo

16,82 Bi

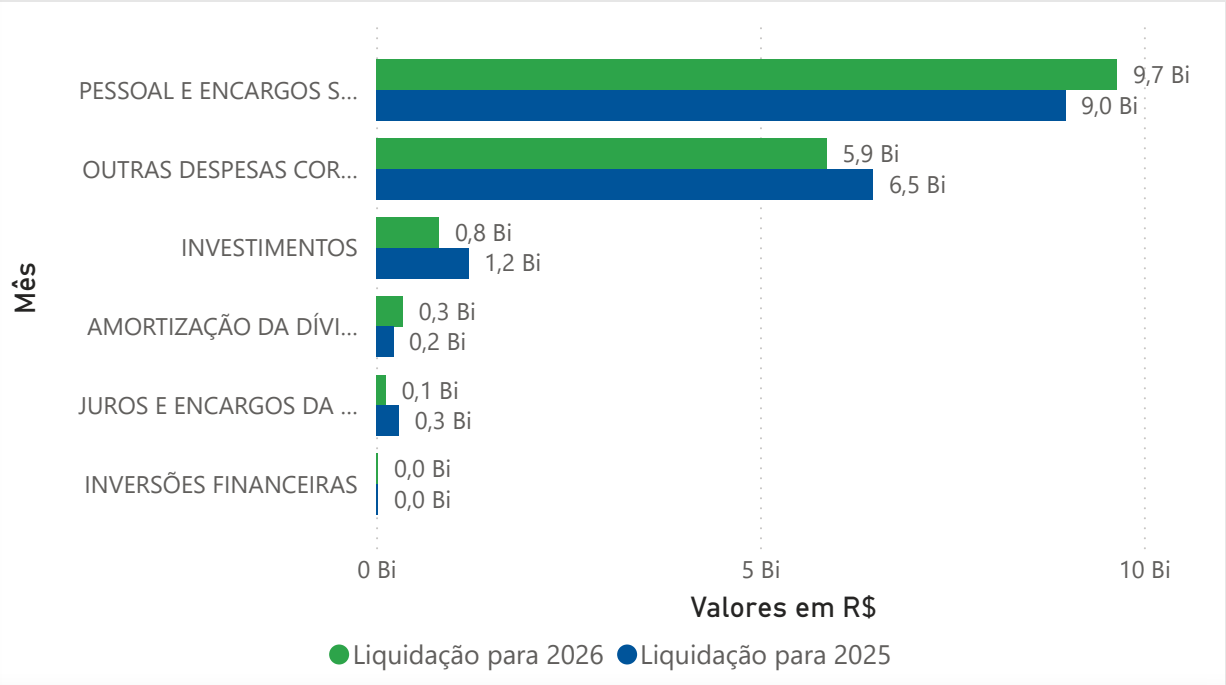
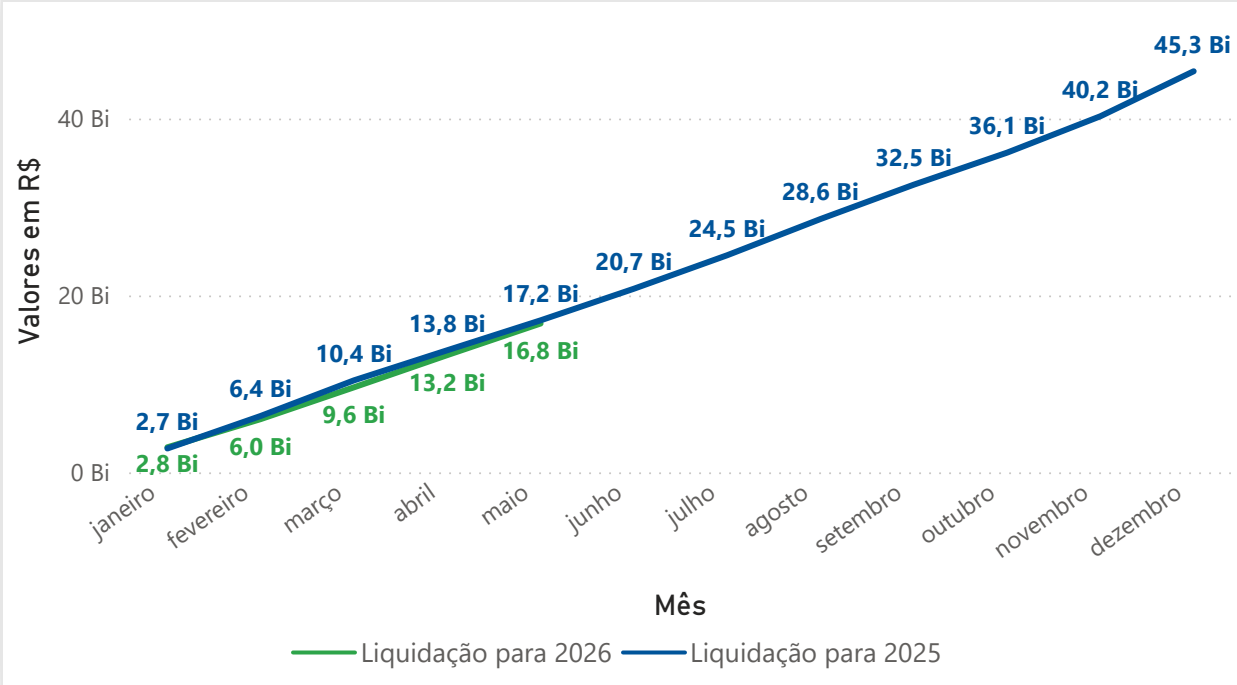
Realizado até maio
Despesa Liquidada em 2026

17,17 Bi

Realizado até maio
Despesa Liquidada em 2025

-2,08%

Variação (%)
Despesa Total Liquidada

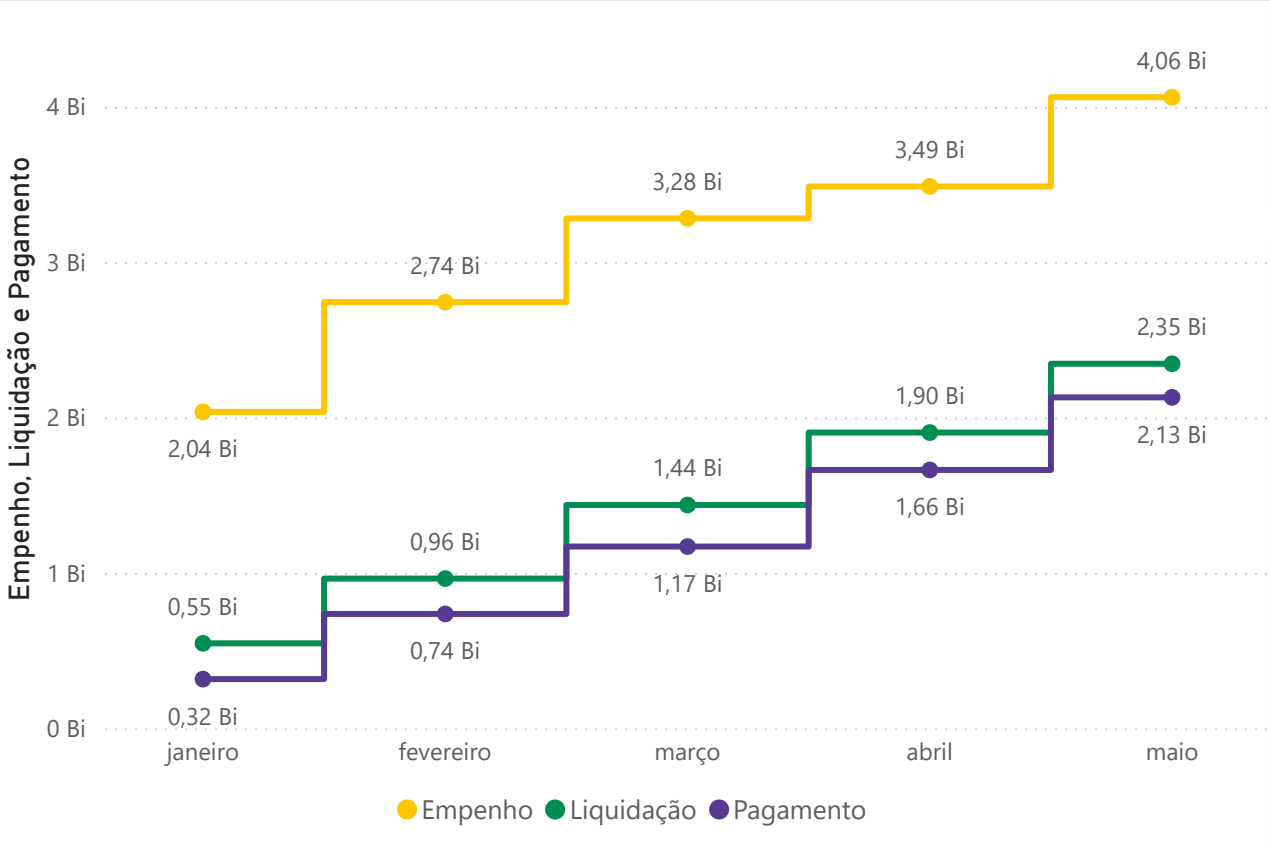


Acima apresenta-se a Despesa Liquidada do Poder Executivo. O total de despesa liquidada até maio de 2026 foi de **R\$ 16,82 bilhões**, o que representa uma queda de **-2,08%** em relação ao mesmo período de 2025, quando a despesa totalizou **R\$ 17,17 bilhões**. Já o Gráfico à direita detalha as despesas por grupo, destacando que o maior componente é o de Pessoal e Encargos Sociais, que totalizou **R\$ 9,65 bilhões (+7,54%)**, seguido pelas Outras Despesas Correntes, com **R\$ 5,87 bilhões (-9,37%)** e os Investimentos que somaram **R\$ 819,61 milhões (-46,81%)**.

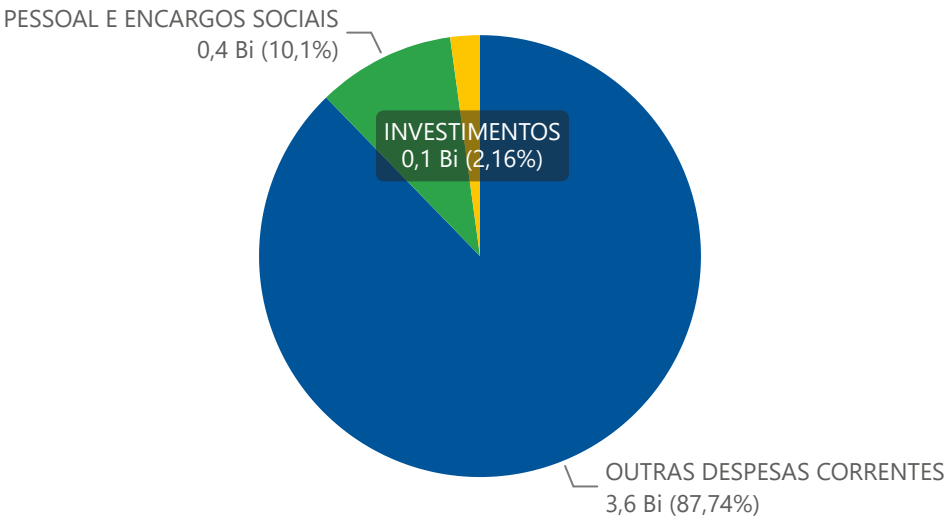
Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Saúde

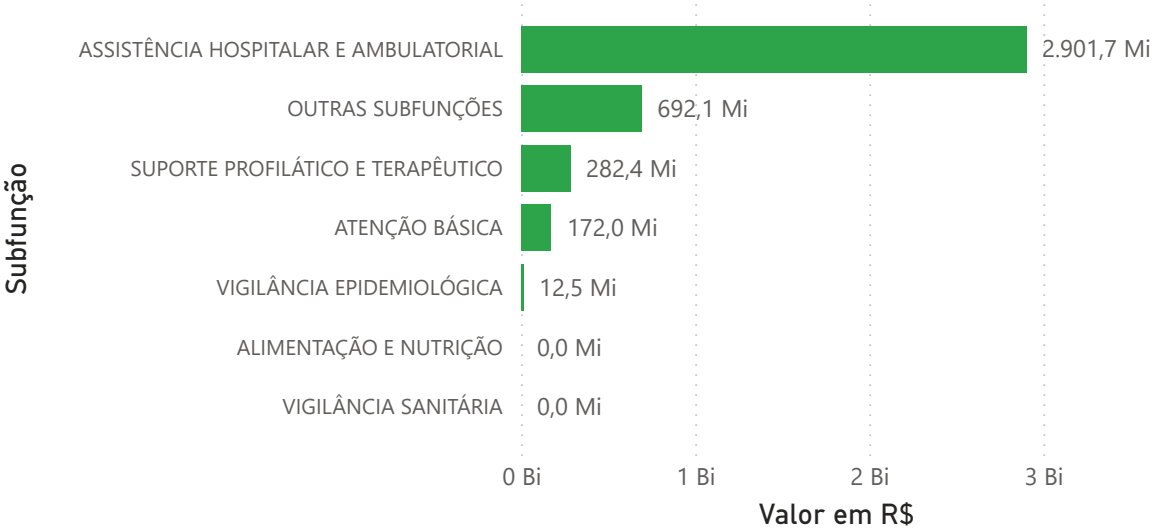
Esse painel apresenta a execução orçamentária das despesas relacionadas ao cumprimento do mínimo constitucional com saúde. Sob a ótica da execução, em maio de 2026, foram empenhados **R\$ 4,06 bilhões**, dos quais foram liquidados **R\$ 2,35 bilhões** e pagos **R\$ 2,13 bilhões**. Nos Gráficos ao lado, demonstram-se a despesa empenhada por grupo de despesas e por subfunção.



Despesa vinculada empenhada- por Grupo de despesa



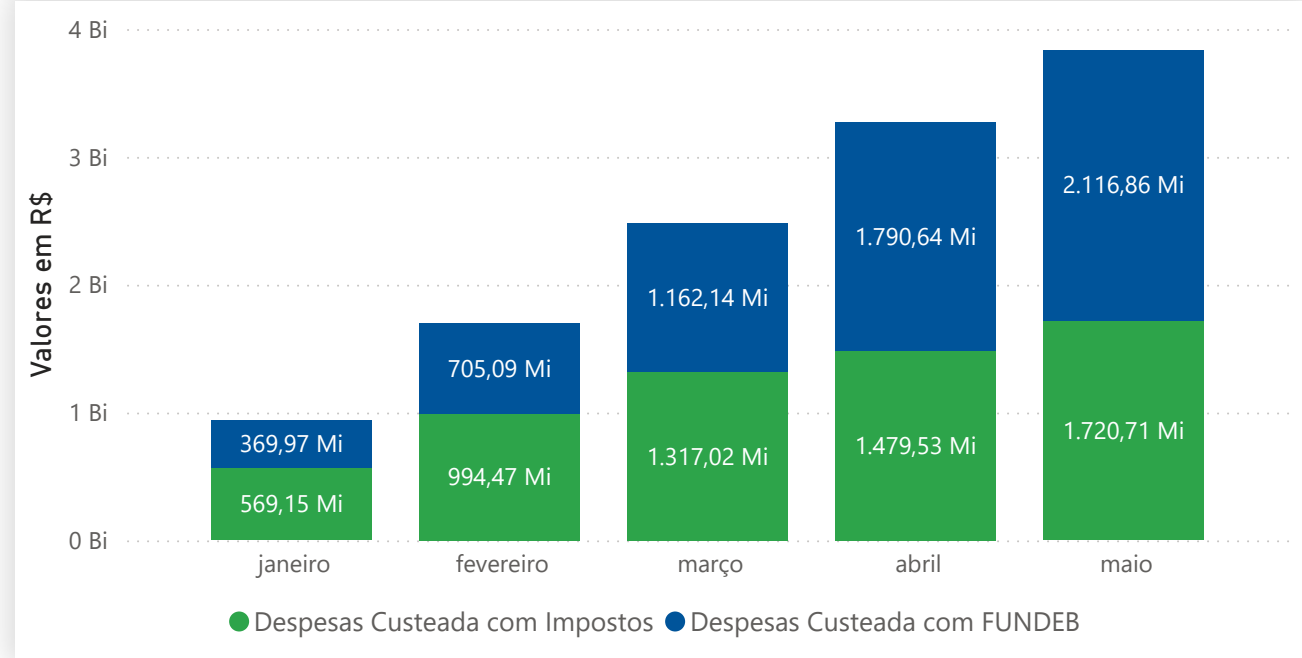
Despesa vinculada empenhada- por subfunção



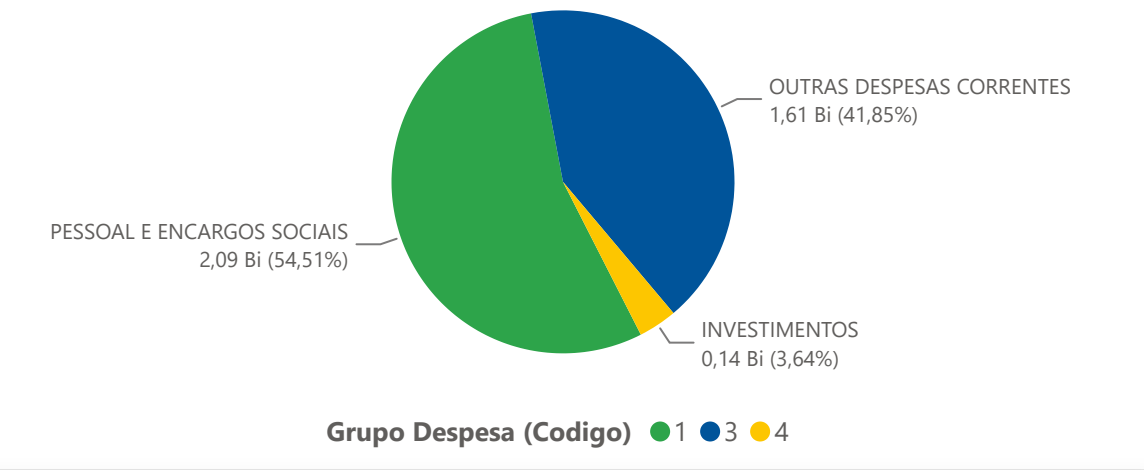
Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Educação

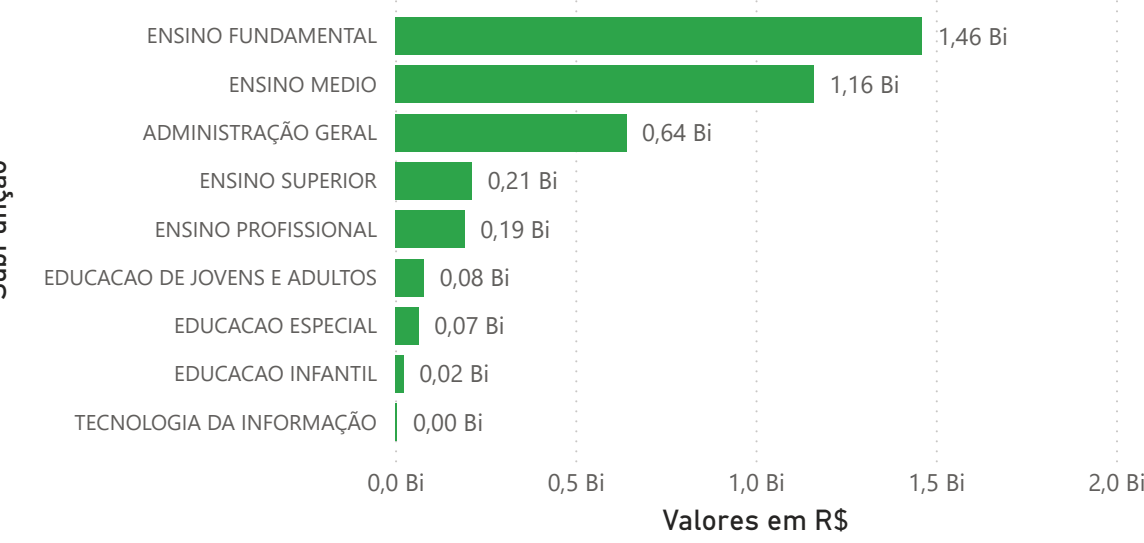
Quanto à vinculação constitucional em educação, o Estado deve destinar, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Deste montante, 20% da RLIT são retidos automaticamente para o FUNDEB, cabendo ao Estado o aporte complementar para atingir o limite exigido. Em maio de 2026, as despesas empenhadas com **Recursos de Impostos (exceto FUNDEB)** somaram **R\$ 1,72 bilhão**, enquanto as **Despesas custeadas com recursos do FUNDEB**, somaram **R\$ 2,12 bilhões**. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou **R\$ 3,84 bilhões**.



Despesas com ações típicas de MDE custeadas com receitas de impostos e FUNDEB - Empenho



Despesas com ações típicas de MDE custeadas com receitas de impostos e FUNDEB - Empenho



4. PRINCIPAIS RESULTADOS

4.1	Resultado Orçamentário	34
4.2	Resultado Primário	35
4.3	Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4	Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5	Disponibilidade de Caixa	38

Nesta seção apresentam-se os principais resultados do Estado de Goiás em maio de 2026, como o Resultado Orçamentário, Resultado Primário, a Receita Corrente Líquida (RCL), os Limites de Despesa com Pessoal e a Disponibilidade de Caixa.



Resultado Orçamentário

Receitas e Despesas

20,62 Bi

Acumulado até maio
TOTAL DAS RECEITAS

19,73 Bi

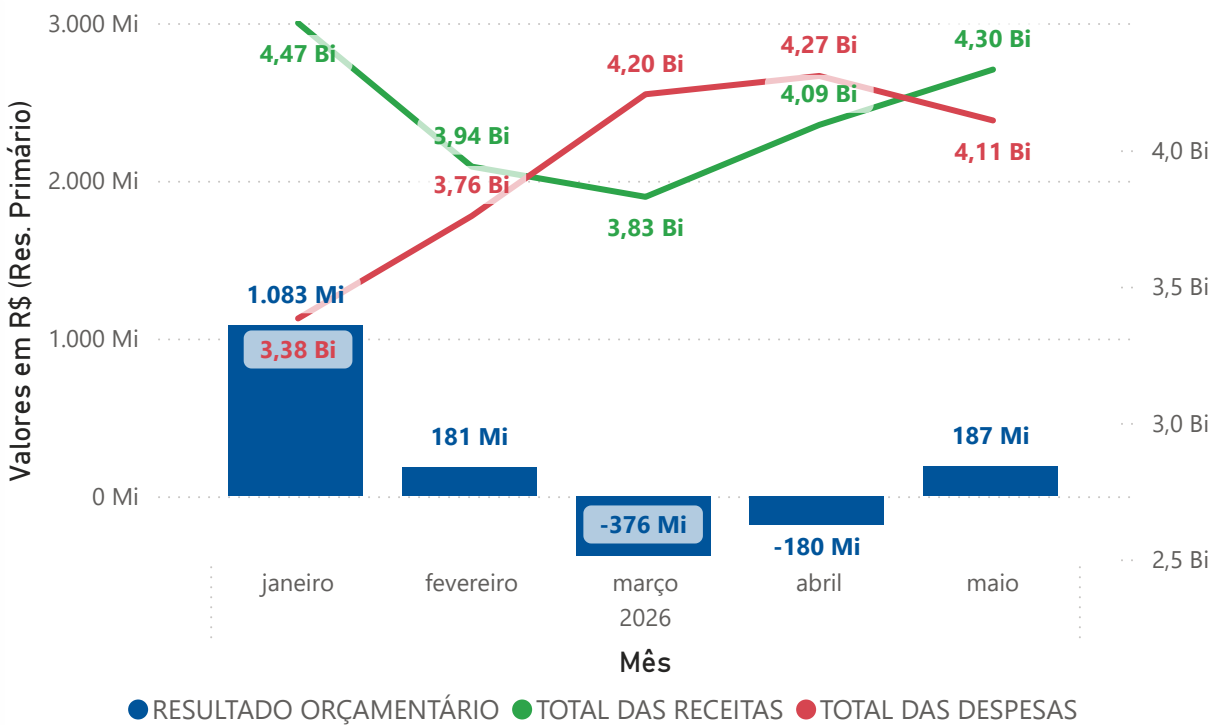
Acumulado até maio
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS

895,40 Mi

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO ACUMULADO

RECEITAS (Realizadas)	2026 (Acumulado)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.858,72 Mi
RECEITAS CORRENTES	19.789,75 Mi
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	11.473,21 Mi
CONTRIBUIÇÕES	854,40 Mi
RECEITA PATRIMONIAL	978,39 Mi
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi
RECEITA INDUSTRIAL	0,00 Mi
RECEITA DE SERVIÇOS	81,68 Mi
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.980,83 Mi
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.421,24 Mi
RECEITAS DE CAPITAL	68,97 Mi
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	764,46 Mi
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.623,18 Mi
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00 Mi
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	20.623,18 Mi

DESPESAS (Liquidado)	2026 (Acumulado)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.953,24 Mi
DESPESAS CORRENTES	17.758,89 Mi
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.067,81 Mi
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	124,85 Mi
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.566,23 Mi
DESPESAS DE CAPITAL	1.194,35 Mi
INVESTIMENTOS	837,27 Mi
INVERSÕES FINANCEIRAS	8,48 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	348,59 Mi
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	774,54 Mi
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.727,78 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00 Mi
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	19.727,78 Mi



O resultado orçamentário representa o saldo entre receitas e despesas de todo o governo, incluindo componentes financeiros, como os juros e a amortização da dívida pública. No acumulado até maio de 2026, o total das receitas foi de **R\$ 20,62 bilhões**, enquanto as despesas totais no mesmo período somaram **R\$ 19,73 bilhões**. Assim, o Estado de Goiás registrou um superávit acumulado de **R\$ 895,40 milhões** no período.

Resultado Primário

Receitas e Despesas

18,35 Bi

Acumulado até maio

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

18,62 Bi

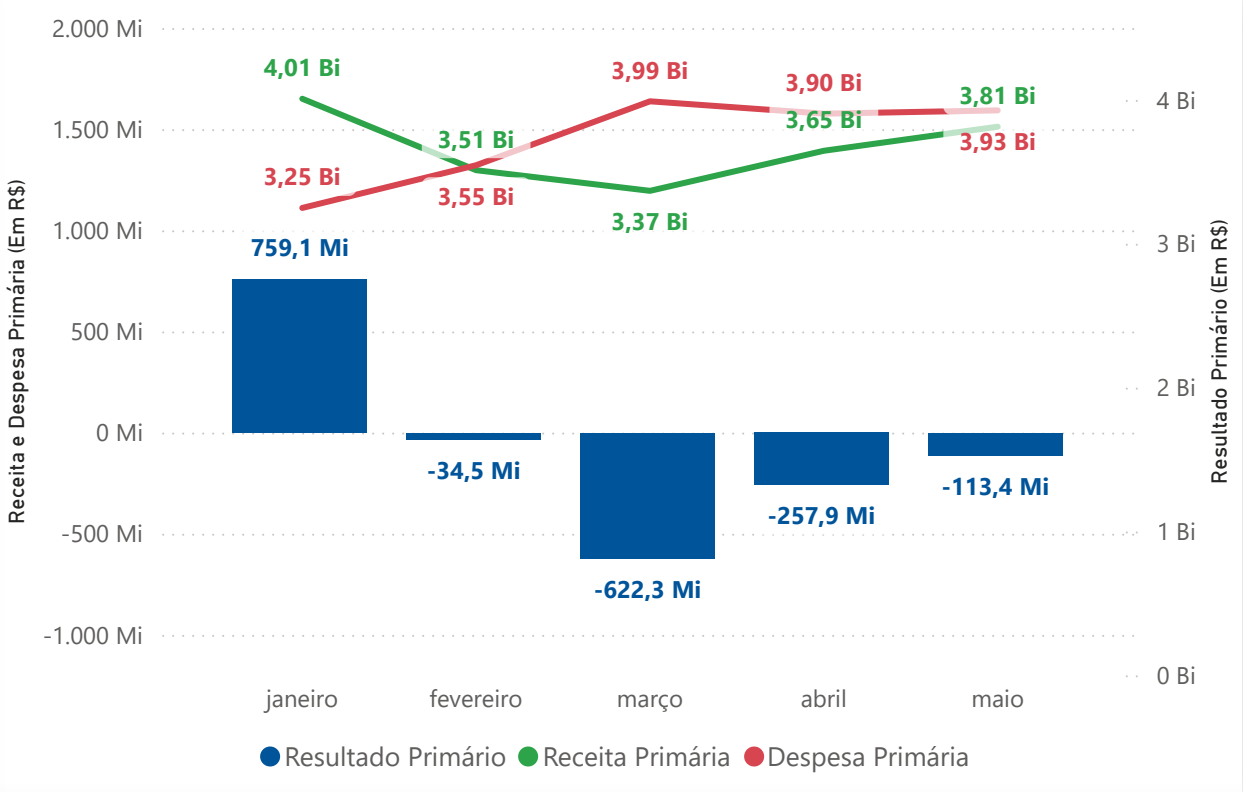
Acumulado até maio

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

-269,07 Mi

RESULTADO PRIMÁRIO ACUMULADO

Descrição	Despesa Paga	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Pago
DESPEVAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	16.344,82 Mi	136,61 Mi	549,63 Mi
Pessoal e Encargos Sociais	9.893,08 Mi	58,72 Mi	5,41 Mi
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	124,85 Mi	0,01 Mi	0,00 Mi
Outras Despesas Correntes	6.326,89 Mi	77,88 Mi	544,22 Mi
DESPEVAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	16.219,97 Mi	136,60 Mi	549,63 Mi
DESPEVAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	1.512,40 Mi	0,22 Mi	1,37 Mi
DESPEVAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEVAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	1.133,25 Mi	131,34 Mi	795,04 Mi
Investimentos	776,19 Mi	29,71 Mi	787,94 Mi
Inversões Financeiras	8,47 Mi	101,63 Mi	7,10 Mi
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Demais Inversões Financeiras	8,47 Mi	101,63 Mi	7,10 Mi
Amortização da Dívida (XXVII)	348,59 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEVAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	784,66 Mi	131,34 Mi	795,04 Mi
DESPEVAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,36 Mi	0,00 Mi	0,09 Mi
DESPEVAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEVA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	18.517,38 Mi	268,16 Mi	1.346,13 Mi
DESPEVA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	17.004,63 Mi	267,94 Mi	1.344,67 Mi



O Gráfico apresentado mostra a evolução mensal da Receita Primária, da Despesa Primária e do Resultado Primário ao longo de 2026.

Receita Corrente Líquida (RCL)

Acumulada 12 meses e mensal

3,95 Bi

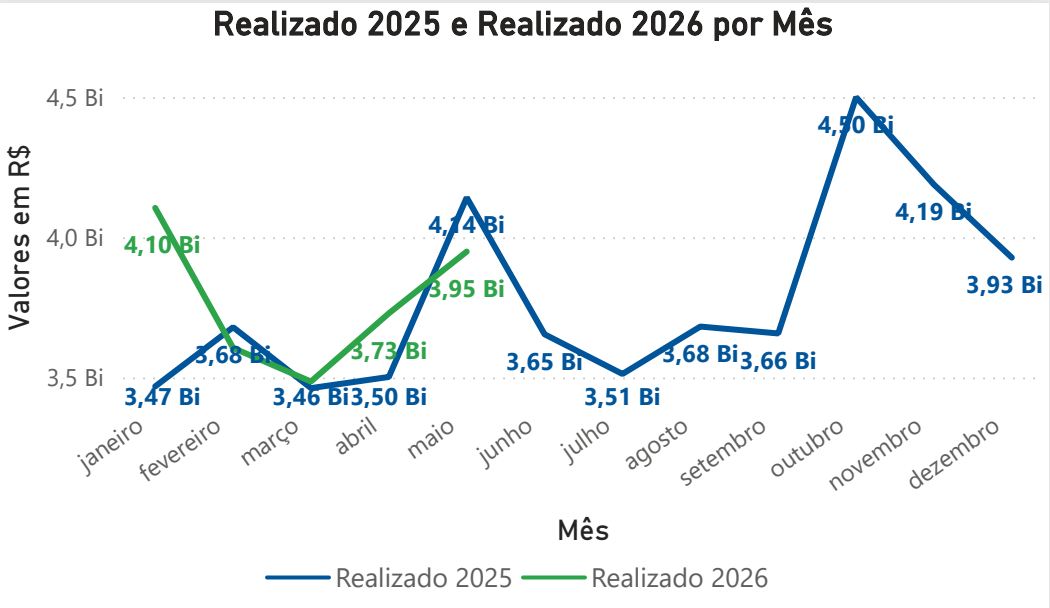
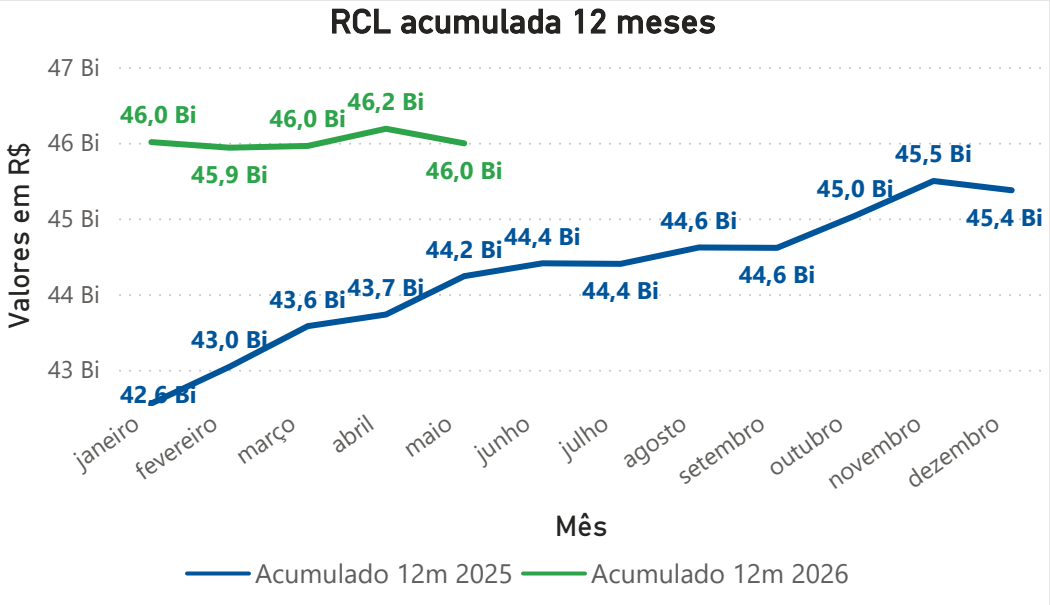
Realizado em maio
(Valor mensal)

45,99 Bi

Realizado em maio
(Acum.12 meses)

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 12m. 2025	Acumulado 12m. 2026	Diferença (%) Mensal	Diferença (%) 12m Acumulado
janeiro	3.468 Mi	4.105 Mi	42.554 Mi	46.007 Mi	▲ 18,35%	▲ 8,12%
fevereiro	3.679 Mi	3.605 Mi	43.039 Mi	45.934 Mi	▼ -2,01%	▲ 6,73%
março	3.462 Mi	3.485 Mi	43.575 Mi	45.957 Mi	▲ 0,68%	▲ 5,47%
abril	3.502 Mi	3.729 Mi	43.729 Mi	46.184 Mi	▲ 6,48%	▲ 5,61%
maio	4.142 Mi	3.949 Mi	44.236 Mi	45.991 Mi	▼ -4,66%	▲ 3,97%
junho	3.654 Mi		44.406 Mi			
julho	3.512 Mi		44.399 Mi			
agosto	3.681 Mi		44.615 Mi			
setembro	3.657 Mi		44.610 Mi			
outubro	4.499 Mi		45.035 Mi			
novembro	4.188 Mi		45.494 Mi			
dezembro	3.927 Mi		45.371 Mi			

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos principais indicadores das finanças públicas, utilizada, entre outros fins, para monitorar o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação à Despesa com Pessoal. Para o mês de **maio** de 2026, a RCL acumulada nos últimos 12 meses foi de **R\$ 45,99** bilhões, crescimento de **3,97%** na comparação com o mesmo período do ano anterior.



Despesa com Pessoal sobre a RCL*

Comparativo anual - Apenas Executivo

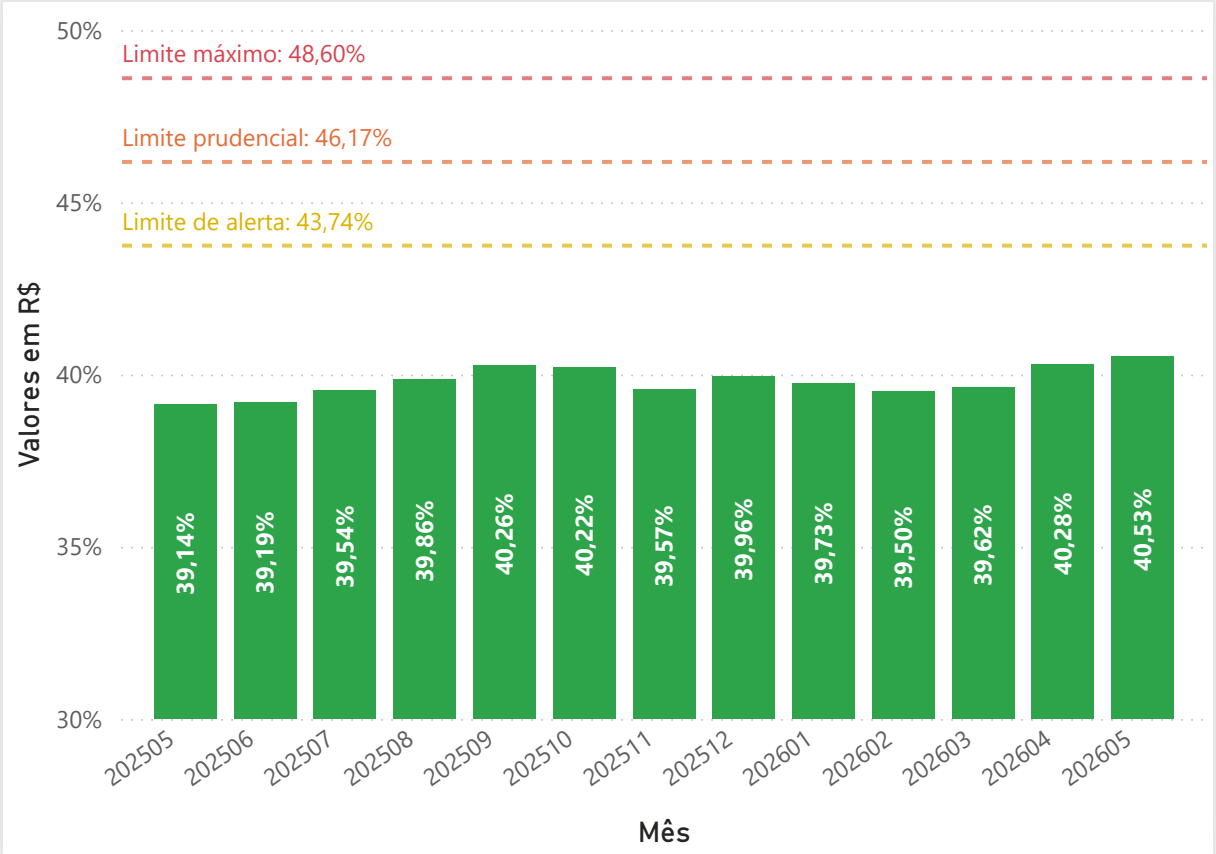
18,63 Bi

Realizado em maio
(Acum.12 meses)

40,53%

Realizado em maio
(Acum.12 meses)

Ano (Mês)	Despesa com Pessoal (DTP) Acumulada 12m	Receita Corrente Líquida Ajustada Acumulada 12m	DTP sobre RCL ajustada
202605	18.634,05 Mi	45.979,39 Mi	40,53%
202604	18.597,42 Mi	46.172,50 Mi	40,28%
202603	18.205,64 Mi	45.945,56 Mi	39,62%
202602	18.138,54 Mi	45.922,80 Mi	39,50%
202601	18.273,85 Mi	45.997,13 Mi	39,73%
202512	18.124,23 Mi	45.360,61 Mi	39,96%
202511	17.972,03 Mi	45.424,06 Mi	39,57%
202510	18.083,95 Mi	44.965,55 Mi	40,22%
202509	17.933,00 Mi	44.540,36 Mi	40,26%
202508	17.755,98 Mi	44.545,82 Mi	39,86%
202507	17.526,11 Mi	44.329,87 Mi	39,54%
202506	17.374,86 Mi	44.334,41 Mi	39,19%
202505	17.282,61 Mi	44.154,07 Mi	39,14%



A 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) trouxe uma mudança significativa na apuração da Despesa Total com Pessoal (DTP) para fins de verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta nova edição, os contratos com Organizações Sociais (OS) foram excluídos da base de cálculo da DTP. Em maio de 2026, a despesa acumulada em 12 meses totalizou **R\$ 18,63 bilhões**. Considerando a Receita Corrente Líquida Ajustada para limites de DTP de R\$ **45,98 bilhões** no período, o índice DTP/RCL ficou em **40,53%**. Este resultado situa o Estado abaixo do Limite de Alerta (**43,74%**).

* Valores representam uma estimativa.

Disponibilidade de Caixa

Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida - Apenas Executivo

8,15 Bi

Realizado em maio
DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2026

12,21 Bi

Realizado em maio
DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2025

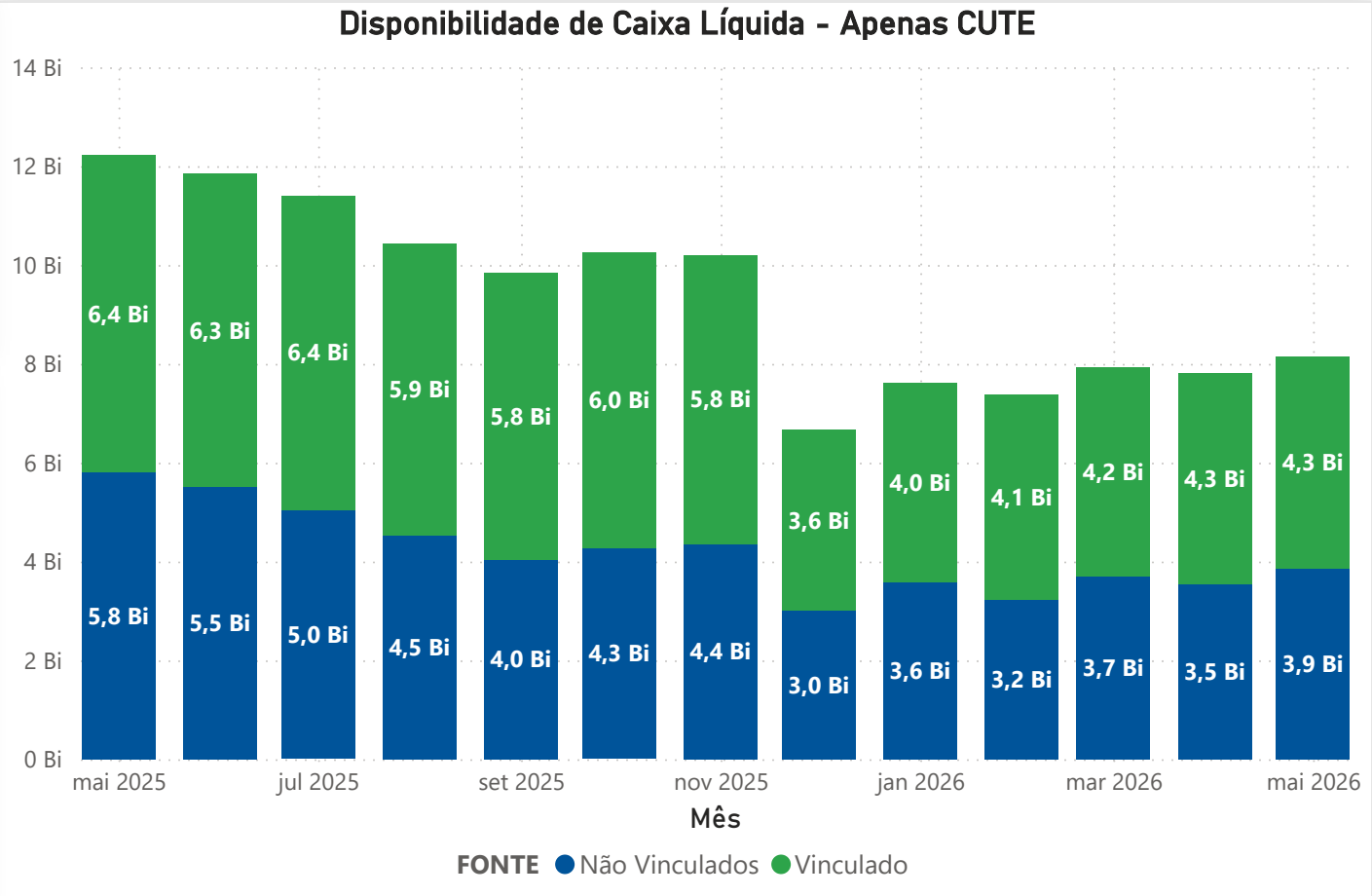
-33,30%

VARIAÇÃO (%)

FONTE	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Disponibilidade Caixa bruta fora CUTE (b)	Restos a Pagar (c)	Outras Obrigações Financeiras (d)	Disp. de caixa líquida da CUTE (a-b-c-d)
Não Vinculados	4.554,35 Mi	313,40 Mi	303,43 Mi	75,26 Mi	3.862,27 Mi
Vinculado	7.888,62 Mi	2.678,41 Mi	613,66 Mi	312,73 Mi	4.283,81 Mi
Total	12.442,97 Mi	2.991,81 Mi	917,09 Mi	387,99 Mi	8.146,08 Mi

O painel apresenta a Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida do Poder Executivo no período de maio de 2026. A Disponibilidade de Caixa Bruta alcançou **R\$ 12,44 bilhões**. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE) **R\$ 2,99 bilhões**, dos Restos a Pagar **R\$ 917,09 milhões** e de outras obrigações financeiras **R\$ 387,99 milhões**, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou **R\$ 8,15 bilhões**.

Além disso, observa-se que a Disponibilidade de Caixa Líquida apresentou uma redução de **-33,30%** em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizava **R\$ 12,21 bilhões**.





DANIEL ELIAS CARVALHO VILELA
Governador do Estado de Goiás

RENATA LACERDA NOLETO
Secretária de Estado da Economia

ALYNE ANTEVELI OSAJIMA
Secretária-Adjunta

WEDERSON XAVIER DE OLIVEIRA
Subsecretário do Tesouro Estadual

JULIANA CAMILO MANZI PORTO
Superintendente Financeira

PAULO ROBERTO SCALCO
Gerente de Projeções e Análises Fiscais

MÁRIO MENDES BARBOSA JÚNIOR
Subsecretário Central de Orçamento

WAYSER LUIZ PEREIRA
Subsecretário da Receita Estadual

DEIBE PAIVA LIMA
Superintendente de Informações Fiscais

MARCELO DE MESQUITA LIMA
Superintendente de Controle e Auditoria

FABIANO GOMES DE PAULA
Superintendente de Recuperação de Créditos

GUSTAVO HENRIQUE DOS REIS CARDOSO
Superintendente de Fiscalização Regionalizada

MARINA TORRES PACHECO
Gerente de Integração e Análise de Dados

FERNANDO CÉSAR GANZER
Gerente de Combustíveis

NIXON WANDER GENTIL RAMALHO
Gerente de Substituição Tributária

HELBER RICARDO DE OLIVEIRA
Gerente de Auditoria de Indústria e Atacado

ROBERTO GONÇALVES DE CASTRO
Gerente de Auditoria de Varejo e Serviços

MÁRCIO ANDRÉ MARTINS DOS SANTOS
Gerente de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA

RODRIGO DE PAULA SILVA
Gerente do ITCD

JORGE ARÊAS DIMARIA DA SILVA
Gerente do IPVA

EQUIPE TÉCNICA
Jorge Henrique Barros Lemos – GIAD
Leandro Bueno Chaves - GIAD
Ramon Raito Philot Mathias - GIAD
Graciela Aparecida Profeta - GEPAF
Luiz Batista Alves - GEPAF
Natanael Soares Leite – GEPAF
Raphael Maciel de Lima – GEPAF



Secretaria de Estado da Economia

